

ANTONIA LUZINETE DE SOUZA

**SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NA
RELAÇÃO FAMÍLIA E SOCIEDADE**

Orientador: Prof. Doutor Leonardo Manuel das Neves Rocha

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

**Lisboa
2016**

ANTONIA LUZINETE DE SOUZA

**SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NA
RELAÇÃO FAMÍLIA E SOCIEDADE**

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação, no Curso de Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 21 de Março de 2016, com o Despacho Reitoral nº 144/2016 de 11 de Março de 2016, com a seguinte composição de Júri:

Presidente:

Prof. Doutor Óscar Conceição de Sousa

Arguente:

Prof.^a Doutora Rosa Serradas Duarte

Orientador:

Prof. Doutor Leonardo Manuel das Neves Rocha

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração Instituto
de Educação

Lisboa

2016

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus fonte de todas as graças, a minha família, ao meu orientador Prof. Leonardo Manuel Neves Rocha e a todos os que direto e indiretamente contribuíram na finalização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, fonte de fé e inspiração em minha vida, pois sem a permissão dele nada será possível existir. Aos meus familiares e precisamente minha mãe e irmãs, que mesmo sem compreenderam o longo trajeto desse processo, me apoiaram o tempo todo.

Aos meus professores, coordenadores e ao meu orientador Leonardo Manuel Neves Rocha, que apesar de me acompanhar do outro lado do oceano não mediu esforços em me atender sempre que solicitado pois, todos foram peças fundamentais para o alcance desse objetivo.

Enfim, a todos os meus colegas de turma que direto e indiretamente contribuíram na trilha desse percurso.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BF-BOLSA FAMÍLIA

CADÚNICO – CAD – ÚNICO

CF-CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CFESS-CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

CIB-COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE

CIT-COMISSÃO INTERGESTORA TRIPARTITE

CMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

CNAS – CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CRAS- CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CRESS – CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IDH-ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

IPEA -INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

LBA -LEGIÃO DA BOA VONTADE

LOAS – LEI ORGANICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MDS – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NOB – NORMA OPERACIONAL BÁSICA

NOB/RH – NORMA OPERACIONAL BÁSICA RECURSOS HUMANOS

NOB/SUAS – NORMA OPERACIONAL BÁSICA SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PAINF – PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA

PBF - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

PNAS – PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SEADS – SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SNAS – SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIALSUAS – SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUAS – SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESUMO

A partir da Constituição de 1988 os direitos dos cidadãos foram ampliados, sendo incluídos nestes os direitos sociais. Assim as políticas voltadas para assistência social sofreram transformações principalmente a partir de 2005 com a criação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), que modificou a elaboração e execução das políticas públicas no país. Verifica-se então que com a descentralização modificou o processo de gestão das políticas públicas atuais, principalmente no destino dos recursos e na qualidade da assistência. Sendo assim verificou-se também a grande importância da atuação do gestor público municipal neste contexto. A principal função dos CRAS é proporcionar o fortalecimento da capacidade protetora das famílias referenciadas, sua relação no contexto familiar e entre a comunidade. A presente dissertação tem como intuito apresentar as ações desenvolvidas nestes respectivos campos de estágio na busca pela construção dos vínculos familiares e comunitários, considerando que isto se coloca como um desafio ao profissional do serviço social e aos demais trabalhadores do SUAS. Esse estudo teve por objetivo averiguar a história e a realidade de algumas famílias participantes dos grupos de convivência dos CRAS procurando perceber até que ponto, os objetivos dos SCFV, se consolidam no cotidiano dessas famílias dentro e fora do espaço do CRAS.

Palavras Chave: CRAS, Políticas Públicas de Assistência Social, Serviço de Convivência, Protagonismo.

ABSTRACT

From the Constitution of 1988 citizens ' rights have been expanded, being included in these social rights. So the welfare-oriented policies have undergone transformations mainly from 2005 with the creation of THEIR (Welfare System), which modified the elaboration and implementation of public policies in the country. It turns out then that with the decentralization has modified the management of current public policies, especially in the destination of the resources and quality of care. So it was also verified the importance of the role of the municipal public Manager in this context. The present dissertation has as its purpose to present the actions developed in these respective fields of training in search for the construction of family and community ties, whereas this is placed as a challenge to the professional social service and other workers of HIS. This study aimed to investigate the history and reality of some families participants of coexistence of CRAS looking realize to what extent the objectives of the SCFV, consolidates in the everyday life of these families inside and outside the space of the CRAS.

Key words: CRAS, public policies for Social Assistance, Cohabitation, role.

ÍNDICE GERAL

Introdução	9
Capítulo 1. Enquadramento Teórico	11
1.1. A Pobreza e o sistema democrático de direito	12
1.2. A Dimensão política da pobreza	12
1.3. Políticas públicas de combate à pobreza	13
Capítulo 2. Apresentação do Problema	17
2.1. Política nacional de assistência social/2004	20
2.2. Marcos legais da política de ação social	20
2.3. Centro de referência e assistência social-CRAS	21
2.4. Reordenamento dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos	22
2.5. O que significa dizer que o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos está referenciado ao CRAS?	23
2.6. Limitações no exercício profissional	27
Capítulo 3. Métodos e Procedimentos.....	36
3.1. Sujeitos	37
3.2. Objetivos	38
3.2.1. Geral	38
3.2.2. Específico	38

3.3. Fases da pesquisa	38
3.4. Instrumentos de coleta de dados	39
Capítulo 4. Resultados; Apresentação e Discussão.....	42
4.1. Entrevistas com os técnicos do CRAS	44
4.2. Entrevistas com os jovens participantes dos programas do CRAS	49
4.3. Entrevistas com as famílias do CRAS	57
Considerações Finais	63
Referências Bibliográficas	67
Anexos	I

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Opinião dos jovens sobre a procura dos serviços do CRAS.	50
Gráfico 2. Opinião dos jovens sobre o trabalho dos profissionais do CRAS.	51
Gráfico 3. Atividades que os jovens entrevistados gostam dentro dos programas do CRAS.	53
Gráfico 4. Interesse dos Jovens sobre a participação em atividades que geram renda.	54
Gráfico 5. Opinião dos jovens sobre mudanças de vida	56

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo discutir um dos desafios posto aos assistentes sociais e a toda equipe dos Centros de Referência de Assistência Social de como tornar visível os objetivos dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) a partir do seguinte questionamento: De que maneiras interferem de forma prática na vida das famílias fortalecendo vínculos, e promovendo o seu protagonismo? Diante da exposição do problema, surgiu a necessidade de pesquisar sobre a temática em questão objetivando evidenciar os principais obstáculos limites e problemas apresentados pelos profissionais e técnicos da equipe, quanto pelas famílias usuárias desses serviços.

Para fundamentar melhor esta discussão, no capítulo I apresenta inicialmente um breve referencial teórico da trajetória acerca da Política Nacional de Assistência Social antes e depois da constituição de 1988, as inovações, desafios e conquistas obtidas com sua aprovação, entre elas, o Sistema Único de Assistência, definição dos principais serviços e programas ofertados, reordenamento dos serviços e limitações do exercício profissional. No capítulo II apresentamos informações e dados sobre as políticas públicas de combate à pobreza no Brasil, a pobreza e o sistema democrático de direito, informações sobre o seminário internacional que através da participação de vários líderes mundiais vem apresentar o Papel do Estado no Século XXI. Em seguida apresenta-se uma pesquisa feita pela Fundação Osvaldo Cruz sobre as políticas de proteção básica para os idosos. O capítulo III aborda o percurso metodológico da pesquisa. Todas as atividades desenvolvidas nos Centros de Referência e Assistência Social segue um cronograma de orientações segundo normas da tipificação dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Primeiramente foi realizada entrevista com os técnicos do CRAS ou seja, assistentes sociais, educadores sociais, oficinairos, coordenador, psicólogo, 10 famílias participantes do grupo do Programa de Atenção Integral a Família, sendo oito mulheres entre 30 a 45 anos a maioria tem apenas o ensino fundamental incompleto e dois homens entre 40 a 50 anos não alfabetizados.

10 usuários dos grupos de convivência na faixa etária de 14 a 17 anos com o ensino fundamental I e II, sendo o ensino fundamental I (Corresponde aos primeiros cinco anos é desenvolvido (1º/ antiga C.A ao 5º ano/ antiga 4º série). E o II ano ou seja, anos finais do ensino fundamental e início do 6º ano do ensino fundamental II (Corresponde aos anos finais (6º/antiga 5º série ao 9º ano/ antiga 8º série) Inicialmente a primeira parte da entrevista foi com os técnicos do CRAS, e a segunda parte foi com as famílias e usuários do grupo do PAIF.

A problemática da pesquisa que orientou esse relatório buscou compreender através de uma revisão de literatura, a trajetória das políticas de assistência social frente às famílias em situação de vulnerabilidade social. No IV capítulo e seguintes apresentam-se os resultados, discussão, conclusão, referências bibliográficas figuras e anexos.

Deste modo o objetivo deste estudo, é o de conhecer como se estabelecem as relações dos usuários dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) junto às suas famílias, identificando na prática as barreiras ao alcance dos objetivos entre família e usuário. Como também identificar os obstáculos e dificuldades apresentadas por essas famílias na expressão do seu protagonismo dentro e fora dos espaços do Centro de Referência e Assistência Social; contribuir com a sociedade mediante reflexão dos textos abordados, na busca de melhores alternativas e estratégias, que melhor se apliquem à realidade de cada família usuária dos serviços do Centro de Referência e Assistência Social.

O conhecimento dessa temática, possibilitará a ampliação e discussão sobre a questão social, pautar posicionamentos, provocar a reflexão e apoiar profissionais e gestores no desenvolvimento de práticas mais qualificadas e participativas.

Entre as questões que o país precisa enfrentar urgentemente estão: corrigir a desigualdade dos investimentos sociais, para atingir a igualdade de oportunidades. É fundamental que sejam elaboradas e implementadas políticas públicas envolvendo Estado e sociedade para proteger a vida e a integridade física desses jovens e para oferecer perspectivas de plena realização de seu desenvolvimento. Para além das políticas, que sejam focalizadas, universalistas, urge erradicar a pobreza a partir de um contexto mais sistêmico e abrangente, no qual o norte seja o desenvolvimento humano da população e dos demais segmentos excluídos do país.

CAPÍTULO 1.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. A POBREZA E O SISTEMA DEMOCRÁTICO DE DIREITO

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão declara em seu artigo 1º que ‘os homens nascem livres e iguais em direitos’ que revela que a soberania pertence a indivíduos, ou seja, a soberania é popular. Declara ainda, que a lei é a expressão da vontade geral, em seu artigo 6º, o que implica na reafirmação da soberania popular, bem como nos direitos que os cidadãos têm de concorrer para a formação das mesmas, ainda que por meio de seus representantes. Temos então, que os cidadãos são os titulares da soberania e, portanto, detentores dos direitos políticos o que faz com que o Estado Moderno seja por princípio um Estado Democrático de Direito. De qualquer modo, a história do termo nos oferece os significados de governo do povo. Pergunta-se, antes de mais nada, diante de expressões como governo do povo, pelo povo, para o povo e em nome do povo, onde deverá ficar o povo em meio a tanto governo? (NÚNCIO, 2010).

O que pretende o doutrinador é verificar qual o verdadeiro papel do povo no sistema democrático de direito, pois sabe-se que o povo é elemento legitimador das diferentes concepções acerca da democracia. Desta forma, um processo democrático está vinculado a um processo do povo na sua totalidade.

Quando se fala em totalidade, o que se pretende é que todas as pessoas que compõem determinada sociedade devem ter direitos iguais, o que abarca inclusive, as minorias, pois estas devem ter chances efetivas de se transformarem em majorias, participando assim, em pé de igualdade, do processo político. Muito justo tal ideia dado que não pode ser admitido em um Estado Democrático de Direito, principalmente se considerarmos o plano da ética política, que exista a exclusão e a marginalização das pessoas (REALE 1999).

1.2. A DIMENSÃO POLÍTICA DA POBREZA

Segundo o relatório de Desenvolvimento Humano (2000), a pobreza é um fenômeno multidimensional que não se restringe apenas aos aspectos sociais econômicos com os quais é com frequência identificados. Por essa razão as medidas voltadas ao enfrentamento das situações de vulnerabilidades sociais não ultrapassam o campo dos programas das políticas sociais, quase sempre traçados sem a participação dos maiores interessados. Poucos estudiosos enfocam a dimensão política da pobreza abordando os processos históricos de

destituição de poder da população submetida a essa condição, assim como a falta de representação desse contingente nas várias esferas de decisão do estado (BRANCO, 2001).

É nesse contexto que residem os aspectos primordiais para entender tanto a pobreza socioeconômica dos brasileiros de origens diversas, quanto a persistência dessa situação no tempo. O centro da questão estaria no confronto entre as minorias que comandam e a maioria que sustentam os privilégios daquelas que comandam.

Ao tratar da educação, Freire (1997), cunha o termo política como o confronto entre incluídos e excluídos, em que enquanto os oprimidos esperarem ser libertos pelos opressores, não serão construtores e gestores de sua própria vida, já que são desprovidos não apenas de bens materiais, mas sobretudo da capacidade de se governar. Os oprimidos não podem ser somente objetos de distribuição de bens na condição de simples beneficiários. As estratégias de combate à pobreza devem estimular as pessoas pobres a tornar-se sujeitos de alternativas a pobreza de renda soma-se a pobreza política. É fundamental que sejam elaboradas e implementadas políticas públicas envolvendo Estado e Sociedade para proteger a vida e a integridade física desses jovens e para oferecer perspectivas de plena realização de seu desenvolvimento. Eles são parte do futuro urge erradicar a pobreza a partir de um contexto mais sistêmico e abrangente, no qual o norte será o desenvolvimento humano da população mais vulnerável e demais seguimentos excluídos. As famílias que não tem condições, de atender as necessidades básicas de seus filhos vivem um grande desafio quando a elas não são acessíveis políticas públicas que assegurem condições mínima de vida digna: emprego, renda e apoio.

1.3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À POBREZA

Vimos que o Brasil já conseguiu avançar no que reporta ao combate às desigualdades sociais, mas isto não significa que estamos perto de solucionar esta questão. A partir dos anos 90, após ter sido promulgada a Constituição Cidadã, que tem como objetivo erradicar a pobreza e a marginalização, houve um maior esforço na implementação de ações afirmativas voltadas para a população brasileira pobre.

Importante destacar que, as Constituições anteriores tinham previsão de igualdade, muito embora só com a atual foi possível dar um suporte real, o que propiciou a criação de vários programas com vista à inclusão social das minorias pois, trouxe a previsão da participação dos grupos sociais nas iniciativas de combate à pobreza, à exclusão e à discriminação. Buscando a

igualdade e a inclusão das pessoas consideradas pobres e extremamente pobres na sociedade, foram criadas algumas políticas públicas, que passaremos a estudar. Em 1993 foi criado o Plano de Combate à Fome e à Miséria, que propunha um movimento articulado de recursos institucionais, organizacionais e humanos com vistas a atender parte da população que sobrevivia com um ¼ de salário mínimo. (ALVES, 2002)

Este plano tinha como princípios a parceria, a descentralização e a solidariedade. De 1995 a 2002, o programa acima foi substituído pelo Programa Comunidade Solidária, que fazia uso de ações descentralizadas com participação da sociedade para combater à fome e à exclusão social. No ano de 1999 lançou-se o Programa Comunidade Ativa que visava o combate à pobreza por meio do desenvolvimento local, assim, os governos federal, estadual e municipal trabalhavam em parceria com a comunidade para criação e implementação de programas. Já em 2001 criou-se o Fundo de Combate à Pobreza que tinha como meta financiar programas de transferência de rendas associados a outros fatores determinantes da pobreza. Criou-se ainda o Programa de Combate à Miséria que atuava nos municípios cujo IDH era inferior a 0,500. No ano de 2003, implanta-se o programa Fome Zero cujo objetivo maior era assegurar o direito à alimentação e por meio deste, conseguir a inclusão sem caráter assistencialista. Em linhas gerais, todos os programas de transferência de renda pressupõe uma contraprestação por parte do indivíduo beneficiário, como a manutenção de crianças na escola (FALEIROS, 2003). Cabe dizer, que alguns requisitos são de fundamental importância para que a inclusão seja realizada, assim, se é obrigatório que as crianças permaneçam na escola para que as famílias sejam beneficiadas com a transferência, temos a diminuição do trabalho infantil, bem como do analfabetismo.

Silva e Silva (2005), aponta os aspectos negativos dos Programas de Transferência de Renda, veja-se: Não indica, portanto, qualquer mudança no modelo econômico historicamente adotado, já que não coloca a questão da redistribuição de renda e da riqueza socialmente produzida, apenas possibilita uma distribuição irrisória, que permitirá, senão regular, a continuidade do processo de empobrecimento, mantendo as famílias num patamar de pobreza ou indigência no qual são classificadas para inserirem-se nos próprios Programas de Transferência de Renda.

Compartilha-se da opinião acima, porém, somente no que concerne à fragilidade do combate à pobreza, no entanto, reconhecemos a importância desses para a batalha contra a fome. Admitimos ainda, o papel das condicionantes como um fator essencial para, a longo

prazo, conquistarmos resultados no combate à pobreza, porém, insistimos que, para tanto é preciso que toda a rede de serviços públicos sejam dotadas de qualidade.

De acordo com Stein (2006, P. 175):

O governo tem investido cada vez mais recursos nos programas de transferência de renda, mas o mesmo não ocorre com os serviços públicos básicos, isso nos leva a um resultado rápido, como o obtido no IDH, mas, não muda a realidade, somente a máscara, talvez por isso as políticas públicas implementadas até hoje não foram capazes de solucionar este grave problema social, porém, não se deve esquecer os avanços conseguidos ao longo destes anos, assim como deve-se considerar que tais avanços devem continuar, porque o Brasil é um país democrático que “respeita os Direitos Humanos” e como tal, não deve admitir que uma parte considerável de seus cidadãos viva em estado de pobreza e ou miséria.

Não é tarefa fácil definir o que é a democracia no Estado moderno, porém, existem algumas características que sempre devem ser observadas quando se trata deste regime. A primeira delas é o denominado princípio majoritário, pelo qual o exercício do poder político é legitimado pela manifestação livre de vontade da maioria, outra é a distribuição de poder entre órgãos e a existência de alternativas de poder. No que reporta à distribuição de poder, ela está prevista no art. 2º da Constituição brasileira.

No Estado moderno prevalece a democracia representativa, ou seja, aquela em que os cidadãos tomam as decisões políticas por meio de seus representantes. Assim, o sufrágio é de fundamental importância para este tipo de democracia, pois é através dele que os cidadãos elegem seus representantes ou são eleitos para representar.

O Estado Democrático de Direito, nessa linha de pensamento, equivaleria, em última análise, a Estado de Direito e de Justiça Social. (REALE 1999).

O autor supracitado diz que os elementos fundantes do Estado Democrático de Direito no Brasil são a soberania nacional, a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Não há, contudo, como falar de democracia sem falar de cidadania, pois os cidadãos são mais que beneficiários do Estado, são detentores de parcela da soberania.

Cidadania pode ser definida como o conjunto de poderes que são outorgados ao povo autorizando-o a participar do exercício político de forma livre e consciente. Segundo REALE (1999) a cidadania e a dignidade da pessoa humana são valores que devem ser interpretados conjugada mente, assegurando ao cidadão um campo específico de direitos e obrigações, sem prejuízo da igualdade que deva existir. Para que isto ocorra é preciso, no

entanto, que os homens tenham conhecimento a fim de que não sejam iludidos ou ludibriados e isto pressupõe que eles sejam formalmente iguais, bem como tenham recebido educação que os capacite para as tomadas de decisões, por isso pode-se afirmar que o princípio da igualdade é um princípio da própria democracia.

A cidadania expressa-se pelo voto, pela escolha que fazem os cidadãos, ou seja, é destes a responsabilidade de manter a democracia participativa. É, portanto, inaceitável em uma democracia, as desigualdades, porém, faz-se necessário seu reconhecimento para que haja o combate efetivo, bem como para que se elimine toda e qualquer forma de discriminação. Para que todos exerçam de forma responsável a cidadania é imperioso que a eles seja dado o conhecimento, a cultura, pois a falta disto pode levar a engano.

Faz-se necessário ainda, para que a democracia seja mantida e que seus elementos fundantes estejam sempre presentes. Como já dito um dos elementos fundantes é a dignidade da pessoa humana, por isso cabe indagar se no Estado Democrático pode haver a exclusão social, em outras palavras, a exclusão ferindo a dignidade da pessoa humana também não feriria a própria democracia, à cidadania ou existem níveis de exclusão que podem ser tolerados?

CAPÍTULO 2.

APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

O presente estudo apresenta uma investigação empírica acerca da trajetória da política de assistência social, ao longo desses 27 anos. Sabemos que muitos são os problemas que afetam as famílias nos diferentes contextos sociais. Realizar uma reflexão sobre os direitos conquistados, mesmo após a sua inclusão na constituição federal de 1988, onde assistência adquiriu o status de direito. Existe vários estudos que tratam das políticas de assistência social e dos programas e serviços ofertados nos (SCFV) bem como de todo um contexto que envolve as famílias que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Mas os objetivos desses programas acontecem de forma tímida, pois são inúmeras as barreiras e problemas estruturais elencadas aqui pelos diversos autores pesquisados.

A assistência social passou por várias mudanças desde a constituição de 1988, por afasta-se da tradição histórica do assistencialismo. No Brasil mostra-se que as políticas de assistência social tem-se alterado na contemporaneidade, procurando as visões de vulnerabilidade restrita a ausência ou precariedade de renda, aos atendimentos, dirigindo-se às famílias e as suas necessidades. Foram muitas as lutas e reivindicações para que os usuários tenham direitos e condições para viver em sociedade de forma justa e com mais dignidade. Entretanto, a consolidação da assistência social como política pública e direito social ainda exige o enfrentamento de concepção desafios para enfrentar a questão social, teve também a construção e implementação do SUAS, requisito essencial da LOAS para dar efetividade à assistência social.

As reflexões que se seguem têm como base, além da experiência de muitos anos de pesquisa no Brasil, as visitas, entrevistas, artigos, entre outras fontes de pesquisa. Estas reflexões constituem diretrizes, que precisam ser traduzidas em ações prioritárias, visando sua operacionalização. Buscou-se incorporar orientações concretas de ação, que auxiliem no exercício de desenho dos programas que serão priorizados no escopo das políticas públicas sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e sua interlocução Inter setorial.

A pesquisadora Crispim (1992) técnica da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal fez uma pesquisa sobre os (SCFV), com objetivo de conhecer e avaliar as práticas do (SCFV) com crianças até 6 anos. Atualmente, nos 5.038 municípios que ofertam o serviço, existem mais de 107 mil crianças nesta faixa etária que são atendidas. De acordo com a psicanalista Pereira (2015), diretora de Relações Interdisciplinares do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), o fortalecimento dos vínculos familiares deve ser, sem dúvida alguma, uma prioridade das Políticas Públicas.

A importância da prioridade que deve ser dada ao fortalecimento dos vínculos familiares, e não só da população que apresenta sintomas, vem, também, da necessidade em contrabalançar fatores de esgarçamento do tecido social, tais como: os econômicos, o sensível aumento da população das cidades, que ultrapassa a que vive no campo; o crescimento da mobilidade geográfica, dentre outros. Uma outra mudança, não necessariamente negativa, mas que necessita de amparo e continência por parte das instituições, são as modificações que dizem respeito às formas de organização das famílias que fogem ao modelo tradicional podem trazer dose maior de angústia. (GROENINGA e PEREIRA, 2015, p. 12).

Friso que esta modificação e diversidade das famílias são positivas, mas requerem mais trabalho de elaboração. E há, ainda, outra mudança positiva, que é o declínio do patriarcalismo naquilo que ele toca à queda de uma dinâmica paternalista que, traz como consequência a infantilização. Ou seja, cada vez mais a direção tem sido no sentido da igualdade, da diversidade e, sobretudo, da responsabilidade e não vitimização, explica Groeninga e Pereira, (2015).

A autora esclarece ainda que da mesma forma que a política de integração que vigora nas escolas, em que pessoas com necessidades especiais são integradas ao restante dos alunos, o ideal é que as políticas de fortalecimento dos vínculos familiares fossem voltadas a toda a população e não somente às pessoas com deficiência; pessoas que sofreram violência; vítimas de trabalho infantil; jovens e crianças fora da escola; jovens que cumprem medidas socioeducativas; idosos sem amparo da família e da comunidade ou sem acesso a serviços sociais, além de outras pessoas inseridas no Cadastro Único.

Alerto para o risco, apenas um risco, de perpetuação mesmo que inconsciente, da vitimização. Acredita-se que os agentes responsáveis pelo Programa tenham consciência disso.

Lembro o conceito trazido pela Psicanálise denominado de ‘benefício secundário do sintoma’. Acredita-se que as referidas práticas se deem no sentido de amparar, compreender e, ao mesmo tempo, desenvolver a responsabilidade. O objetivo da afirmação de direitos e o desenvolvimento das capacidades dos usuários, o ponto de vista, só pode ser amplamente atingido se integrado o desenvolvimento das responsabilidades e dos deveres, e de uma política de integração, como se refere acima. (MDS, 2015)

Segundo Groeninga e Pereira (2015), cabe dizer que qualquer política pública deve ser pautada pelo desenvolvimento integral do ser humano, o que envolve conhecimentos também da Psicanálise, um método que visa, além de promover o conhecimento, economizar

o sofrimento causado pelos sintomas, sejam eles pessoais ou coletivos. E, neste sentido, vejo as ideologias como exemplo de sintomas coletivos.

Assim, todo cuidado é pouco com modelos familiares que podem ser prescritivos, fruto de ideologias e que indireta e inconscientemente podem empoderar indevidamente os agentes de mudanças. Friso que a iniciativa é altamente positiva; apenas, como toda boa intenção, deve, nos princípios metodológicos e teóricos que a embasam, ultrapassar a boa intenção.

2.1. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/2004

A Política Nacional de Assistência Social conquistada após a IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em dezembro de 2003, tendo como significativo avanço a efetivação do sistema descentralizado e participativo a Política de Assistência Social. A partir de então a Assistência Social está definitivamente inserida no campo das políticas públicas brasileiras.

De acordo com Sposati (2006) apud Vasconcelos et al (2005, p.44):

A proteção social na Assistência Social inscreve-se, portanto, no campo de riscos e vulnerabilidades sociais que, além de provisões materiais, deve afiançar meios para o reforço da auto estima, autonomia, inserção social ampliação da resiliência dos conflitos, estímulos à participação, equidade, protagonismo, emancipação, inclusão social e conquista da cidadania.

Dessa forma a PNAS vem definir parâmetros para as ações desenvolvidas pela assistência social e visando a efetivação dos direitos, já concretizados pela Constituição Federal. Pode-se dizer então que após a IV Conferência Nacional de Assistência Social em dezembro de 2003, houve um significativo avanço a efetivação do sistema descentralizado e a partir de então a Assistência Social está definitivamente inserida no campo das políticas públicas brasileiras.

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS define que se pode prevenir vulnerabilidades e riscos sociais por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

2.2. MARCOS LEGAIS DA POLÍTICA DE AÇÃO SOCIAL

Os marcos legais da Assistência Social expressam mudanças de paradigmas na área definida como políticas públicas com capilaridade nacional e como direito social, fundado no princípio democrático do controle social e da descentralização política e administrativa, cujas ações, visando superar a fragmentação e segmentação, tomam a família como estratégia de organização dos serviços, como um dos sujeitos beneficiários da assistência social e alvo de trabalho sócio educativo.

Entre seus beneficiários destacam-se, além da família, cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco, tais como: Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem a pessoal resultante de deficiência; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 33)

Essa definição é expressiva das mudanças na área; a política de Assistência Social, enquanto política de Estado constitui-se “como estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação, às vulnerabilidades e à subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira” (YAZBEK, 2008, p. 20-21).

2.3. CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS

O país tem 13.659 unidades prestadoras de serviços de assistência social em atividade. O número é 7,6% menor do que o observado em 2013, quando foram registradas 14.791 unidades ativas. Os dados são da Pesquisa de Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos no Brasil (PEAS) 2014-2015, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O CRAS, atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (Suas), dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS, possui a função de gestão territorial da rede de assistência

social básica, promovendo a organização e articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos (NETTO, 1996).

Para Parente (2015),

O principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), cuja execução é obrigatória e exclusiva. A Proteção Social Básica, são ações de caráter preventivo seu objetivo é fortalecer os laços familiares e comunitários, prevenindo situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (PARENTE, 2015, p. 09)

Essa Proteção prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Esses serviços e programas deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas.

Os Benefícios Eventuais e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) compõem a Proteção Social Básica, dada a natureza de sua realização. A Proteção Social de Média Complexidade – são ações destinadas a situações onde os direitos do indivíduo da família já foram violados, com atendimento individualizado e monitoramento sistêmico.

O programa de atenção integral a família (PAINF) consiste em um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a serviços sócio assistenciais, como o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho-ACESSUAS/TRABALHO, que busca a autonomia das famílias usuárias da política de assistência social, por meio do incentivo e da mobilização à integração ao mundo do trabalho. A Proteção Social Básica atua por intermédio de diferentes unidades. Dentre elas, destacam-se os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, dentre eles, os Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos. (MDS/2004)

2.4. REORDENAMENTO DO SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Algumas considerações acerca dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV. Trata-se de um Serviço da Proteção Social Básica do SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Sócio-assistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). E foi reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS nº01/2013.

O Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), visa equalizar a oferta do SCFV para as faixas etárias de (0 a 17) anos e acima de 60 anos, unificar a lógica de financiamento e estimular a inserção do público identificado nas situações prioritárias, conforme pactuado na Comissão Inter gestores Tripartite – (CIT) e deliberado pelo Conselho Nacional de Assistência

Social CNAS. (PEREIRA, 2000)

Por Reordenamento entende-se a unificação das regras para a oferta qualificada do SCFV, que visa equalizar/uniformizar a oferta, unificar a lógica de co-financiamento federal, possibilitar o planejamento da oferta de acordo com a demanda local, garantir serviços continuados, potencializar a inclusão dos usuários identificados nas situações prioritárias e facilitar a execução do SCFV, otimizando os recursos humanos, materiais e financeiros.

2.5. O QUE SIGNIFICA DIZER QUE O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS ESTÁ REFERENCIADO AO CRAS?

O Serviço de Convivência e fortalecimento é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos(PAEFI) O SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatória para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida, de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários. Os usuários do (SCFV) são divididos em grupos a partir de intervalos de faixas etárias. (MÜLLER, 2002)

De acordo com Yazbek (2008), o trabalho nos grupos é organizado em percursos de forma a estimular as trocas culturais e a partilha de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer os vínculos familiares sempre sob a perspectiva de incentivar a socialização e a convivência familiar e comunitária.

Sendo assim o Público do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em sua maioria são Crianças de até 6 anos, em especial:

- Crianças com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do (BPC);
- Crianças cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Crianças encaminhadas pelos serviços da Proteção Social Especial;
- Crianças residentes em territórios com ausência ou precariedade na oferta de serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário;
- Crianças que vivenciam situações de fragilização de vínculos. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE -ECA, 1990)

Já para Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, em especial:

- Crianças e adolescentes com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC;
- Crianças e adolescentes cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Crianças e adolescentes de famílias com precário acesso à renda e a serviços públicos. Adolescentes de 15 a 17 anos, tais como Adolescentes pertencentes às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Adolescentes egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto;
- Adolescentes em cumprimento ou egressos de medida de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente. (ECA, 1990)

Adolescentes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou adolescentes egressos ou vinculados a programas de combate à violência e ao abuso e à exploração sexual.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos é um Serviço ofertado na Proteção Social Básica, com foco na constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do

protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, da demandas e das potencialidades dessa faixa etária. Estabelece ainda que as intervenções devam ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Sócio-assistenciais (RESOLUÇÃO CNAS n.º109/2009).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos é um Serviço da Proteção Social Básica que tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. O SCFV, que está inserido no âmbito da proteção social básica, com vistas a garantir, em conjunto com outros serviços sócio-assistenciais, a segurança de convívio aos usuários da política de assistência social (RESOLUÇÃO CNAS n.º109/2009).

Nessa direção, a integração entre o SCFV e o PME é uma estratégia necessária tendo em vista que os mesmos usuários são atendidos pelas duas políticas sem função de sua capilaridade no território e, embora tenham objetivos diferentes, em muitos momentos, recorrem a estratégias próximas. Essa articulação fortalece o diálogo entre as políticas de educação e assistência social, em todos os âmbitos de atuação, por meio do desenvolvimento de uma agenda articulada nos municípios onde as duas ações sejam desenvolvidas. As atividades de convivência e fortalecimento de vínculos têm como principal público-alvo as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, já os serviços de acolhimento institucional são mais voltados aos idosos (65,5%) e os de serviço especializado para pessoas em situação de rua para aquelas entre 18 e 59 anos (76,2%).
(CAMPOS, 2005, p. 229)

Por essa razão, ressalta-se a necessidade de envidar esforços no âmbito da gestão das respectivas políticas quanto à articulação entre o Serviço e o Programa, visando promover intervenções que amparem, apoiem, auxiliem e resguardem os sujeitos e suas famílias, por meio de ações conjuntas de caráter projetivo e preventivo para a defesa e a promoção de seus direitos. O SCFV também é estruturado em percursos.

Organizá-lo dessa maneira significa considerar um determinado período de tempo para o desenvolvimento das atividades junto aos grupos. O percurso deve prever início, meio e fim para a sua execução, conforme objetivos e estratégias de ação preestabelecidos, respeitando as orientações da Tipificação Nacional dos Serviços Sócio assistenciais. Assim, ele pode ser desenvolvido junto a um grupo de convivência ao longo de um ano, um semestre, um trimestre, etc. Durante o período definido pela equipe de profissionais do serviço para a

duração do percurso, podem ser realizados projetos com duração diferente e um conjunto de atividades articuladas, de acordo com as temáticas pertinentes com as vivências dos usuários e com eles debatidas, bem como em consonância com os eixos orientadores do serviço (YAZBEK, 2005).

Todo o processo de planejamento das atividades, nos respectivos percursos, deve considerar as cognições, emoções, interesses, vulnerabilidades e avaliações dos participantes, procurando associar a diversidade de interesses e necessidades individuais às características gerais do grupo. Paralelamente à participação dos usuários no grupo de convivência, também podem participar de variadas atividades do SCFV que o município tenha disponibilidade de ofertar, tais como: oficinas de capoeira; dança regional; teatro; grafite, dentre outras. As oficinas, bem como as palestras e confraternizações eventuais, por si só não constituem o SCFV, mas são estratégias para promover a convivência.

A escolha das oficinas a serem ofertadas como atividades do SCFV não é aleatória. Estas devem dialogar com os objetivos do SCFV e com as vivências e interesses dos usuários. O público prioritário para o atendimento no SCFV, de acordo com a Resolução CNAS nº 1/2013 são crianças, adolescentes e idosos nas seguintes situações: de isolamento; de acolhimento; em trabalho infantil; com vivência de violência e negligência; fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos; em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; egressos de medidas socioeducativas; em situação de abuso e/ou exploração sexual; com a Tipificação Nacional dos Serviços Sócio-assistenciais foi aprovada pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 109, de 11 de novembro de 2009.

Esse documento descreve os serviços de proteção social básica e de proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apresentando os seus objetivos, o impacto social que devem promover, os usuários a que se destinam, o local onde são ofertados, entre outras informações, medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); em situação de rua; e com vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência. No entanto, cabe ressaltar que, no caso específico da integração do SCFV e o PME, as ações são direcionadas para o público de 0 a 17anos (IAMAMOTO E CARVALHO 2005).

A equipe de referência para a prestação do SCFV é composta por um técnico de nível superior e por orientadores ou educadores sociais, com formação escolar mínima de nível médio. O técnico de referência tem, entre outras, a atribuição de planejar e organizar o SCFV

junto com o(s) orientador(es) social(is); acompanhar os usuários; realizar reuniões periódicas entre a equipe do SCFV e a equipe do PAIF; realizar reuniões com as famílias dos usuários, etc. Já os orientadores ou educadores sociais são os responsáveis diretos pela condução dos grupos de convivência e suas atribuições específicas estão elencadas na Resolução CNAS nº 09/2014, a saber: desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e/ou risco social e pessoal; acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e/ou na comunidade; apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e/ou familiar do PAIF; participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários; apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF; acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários por meio de registros periódicos. O SCFV é contínuo e ininterrupto, devendo estar disponível à população independentemente dos períodos de recesso e férias escolares. Cada unidade executora do serviço tem a responsabilidade de organizar uma grade horária para atender aos grupos de convivência e às respectivas faixas etárias, conforme a demanda existente no território. (SILVA, 2009)

Na ausência de outros serviços e outras políticas de proteção social no território, crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil e em outras situações de violação de direitos devem participar do serviço todos os dias, a fim de evitar que reincidam no trabalho ou tenham a sua situação de risco agravada. O acesso ao SCFV ocorre por encaminhamento do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

Os usuários podem chegar ao CRAS por demanda espontânea, busca ativa, encaminhamento da rede socioassistencial ou encaminhamento das demais políticas públicas e de órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. O SCFV pode ser ofertado no próprio CRAS, desde que haja espaço físico compatível; em outras unidades públicas –como nos centros de convivência - e em entidades socioassistenciais cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social.

A oferta desse Serviço para crianças e adolescentes fundamenta-se em três eixos orientadores:

I - Convivência social, a partir do qual as ações e atividades devem estimular o convívio social e familiar, os aspectos relacionados ao sentimento de pertença, à formação da identidade, à construção de processos de sociabilidade, aos laços sociais, às relações de cidadania; II - Direito de ser, que promove experiências que potencializem a vivência dos ciclos etários da infância e da adolescência em toda a sua pluralidade; I,II - Participação, que tem como foco estimular, mediante a oferta de atividades planejadas, a participação dos usuários nas diversas esferas da vida pública, a começar pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, passando pela família, comunidade, escola, espaços públicos, tendo em mente o seu desenvolvimento como sujeito de direitos e cidadão (TEIXEIRA, 1995, p. 20).

Sendo assim São Paulo é o estado que mais concentra instituições de assistência social (28,7%), seguido de Minas Gerais (17,1%), Paraná (10,8%), do Rio Grande do Sul (8,5%), de Santa Catarina (6,6%), do Rio de Janeiro (5,1%) e da Bahia (3,7%). Acre, Amapá e Roraima são os locais com menos entidades.

2.6. LIMITAÇÕES NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

As transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho, seus processos e sujeitos provocam redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais, desencadeando novas requisições, demandas e possibilidades ao trabalho do assistente social no âmbito das políticas sociais.

A implantação do (SUAS) e sua rápida expansão por todo o território nacional vem ampliando consideravelmente o mercado de trabalho para os assistentes sociais e demais profissionais atuantes nessa área. Ao mesmo tempo e no mesmo processo, contraditoriamente, aprofundam a precarização das condições em que este trabalho se realiza. Além dessa imposição das condições e meios de trabalho que exercem limitações ao exercício profissional, destacam-se as exigências de respostas imediatas às sempre urgentes demandas dos usuários, que têm exercido pressão sobre seus trabalhadores e constituído empecilho a um trabalho sistemático, contínuo, não imediatista, preventivo, além do agravamento das vulnerabilidades que ampliam a fragilidade das respostas profissionais e da assistência social (PIMENTEL, 2007).

Há, também, o reconhecimento dos limites da assistência social, enquanto política setorial, e a necessidade de articulação das respostas às expressões da questão social, de ações inter setoriais principalmente as que envolvem a política econômica, política de emprego e

renda e as demais políticas. Isso porque as demandas das famílias são urgentes, mas também estruturais, geralmente estão relacionadas à falta de renda e trabalho. As demandas são diversas, desde informações sobre como entrar no programa; dificuldades de relacionamento; necessidade de inclusão ou cadastramento no Bolsa Família; inserção produtiva que ainda é um ponto bastante frágil a nível de (CRAS).

Já que eles incluem o programa bolsa família para uma transferência de renda temporária, essa fragilidade na renda não é superada porque não está tendo um processo de inserção produtiva. Como os serviços não são organizados de acordo com as demandas, mas conforme a capacidade da oferta, as famílias desenvolvem estratégias para o acesso aos serviços, demandando o que é ofertado, mas também tem relação com o que pode suprir suas carências (como os programas de transferência de renda) e problemas do cotidiano. Assim, podemos observar que, além dos serviços ofertados, há também outras demandas que nem sempre podem ser resolvidas no (CRAS), mas na proteção social especializada.

Os maiores problemas dos usuários detectados pelos entrevistados são os decorrentes de falta de renda, desemprego ou informalidade ou precariedade do trabalho, falta de qualificação de mão de obra, problemas da saúde física e mental, além dos decorrentes de problemas com os filhos, sejam problemas escolares, de delinquência, sejam de uso de drogas, de violência, dentre outros. As solicitações se encaminham prioritariamente para a busca de benefícios, principalmente, os de renda mínima do governo federal e dos benefícios oferecidos pelo município e a resolução de conflitos (TEIXEIRA, 2010, p. 286).

Conforme já destacado, a (PNAS) avança ao superar o conceito restrito de pobreza à ausência ou insuficiência de renda, adotando o conceito de vulnerabilidade social, que inclui tanto a fragilidade de renda, falta de trabalho, como também a falta de acesso às políticas, aos bens e serviços socialmente produzidos; fragilidades nos relacionamentos familiares, em função de situações de risco ou quase risco, como ter criança menor de idade, idosos ou deficientes que requerem cuidados especiais, jovens e adultos em situação de uso de drogas e outras substâncias tóxicas; riscos de ruptura de vínculos familiares e as situações que podem acarretar negligência e violação de direitos.

Os depoimentos dos técnicos do CRAS, e de uma parte das famílias entrevistadas demonstram uma adesão a essa nova definição, embora a falta de renda e trabalho continue sendo um dos principais indicadores dessa situação de vulnerabilidade.

Também encabeçam as queixas e demandas das famílias, mas não se restringem a esses problemas, incluindo uma variedade de carências. A vulnerabilidade primeiramente que se observa é sobre a questão de renda, porque muitas vezes o que acontece é que se a família não tem renda, não tem acesso a uma boa educação, a uma boa saúde, ela vai perdendo esse norte para poder se autogerir.

A questão da renda e situações que vão envolver o fato de não ter acesso à cidadania, esses direitos que quando não suprido fazem com que aconteça a sujeição à violência, à prostituição. Tudo isso são características de uma família em situação de vulnerabilidade. Por isso as pessoas que têm baixa renda têm menos acesso à boa educação, à boa saúde, a boas informações, e é para isso que a assistência social vem para suprir essa falta. Como este e outros depoimentos demonstram, também constituem situação de vulnerabilidade as possibilidades de perda de vínculos familiares, as situações de conflito familiar e as relações familiares que podem redundar em violência, negligência, sentimento de impotência das famílias face aos problemas e relações com a juventude e até com as crianças, em lidar com novos valores e falta de expectativas, e de inserção produtiva de jovens e adultos, além das doenças físicas e mentais (PASTORINI, 2010)

Essas demandas e situações cotidianas solicitam um trabalho profissional que não se restrinja à concessão de benefícios, cadastro e recadastramento de famílias, embora estes sejam fundamentais para suprir as necessidades de subsistência da família, e deveriam se enquadrar na condição de direitos. Mas também que ofereça serviços de convivência e socialização à família e aos seus membros, para a ocupação de seu tempo livre, e serviços socioeducativos com as famílias, para refletir, compreender e agir, individualmente e de forma coletiva, sobre o seu cotidiano e território.

As potencialidades dos serviços, contudo, podem esbarrar nas condições e meios de trabalho, como destaca Castro (2008, p. 101):

Espaços físicos adequados não garantem o bom desenvolvimento das atividades de atendimento integral às famílias; mas essas atividades, com metodologias bem estruturadas, inversamente, terão dificuldade de se desenvolver em equipamentos precários.

Logo, deve haver uma conjunção de esforços para garantir os trabalhos dos profissionais. Sabe-se que o trabalho humano é caracterizado por sua capacidade de dar respostas prático conscientes às suas necessidades, o que coloca o homem por meio do

trabalho na condição de criador, de sujeito que age consciente e racionalmente, que planeja antecipadamente e põe em movimento sua capacidade de transformação mediante o trabalho. Contudo, na sociedade capitalista, o trabalho é contraditório, mesmo quando especializado, pois perde a dimensão criativa, consciente e autodeterminada pelo próprio sujeito, uma vez que responde a um fim que não é determinado pelo trabalhador.

Assim, embora a qualificação teórica, técnica e ética imprima direção à ação, o trabalho particular e especializado é parte do trabalho coletivo na sociedade capitalista, que é fragmentado, mas combinado, que estabelece finalidades ao trabalho assalariado. Esse aporte teórico nos ajuda a entender o trabalho profissional da equipe interdisciplinar no (CRAS) e a direção do trabalho social com famílias, dependentes não apenas de seus referenciais teóricos, concepções e visões de mundo, mas também da direção dada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, gestor, coordenadores, dentre outros, mesmo que isso não exima os profissionais de suas responsabilidades em relação ao que é posto em prática, considerando sua relativa autonomia como trabalho especializado (PARENTE, 2015, p. 23).

Os depoimentos dos técnicos do CRAS, destacam tanto os procedimentos e ações profissionais realizadas como as técnicas e os objetivos que visam a essas ações e serviços. As ações de cunho individual incluem desde o acolhimento que também repassa informações, escuta qualificada para detectar vulnerabilidades e riscos, bem como para levantar demandas, e o encaminhamento para os serviços da rede socioassistencial e de outras políticas sociais. As técnicas mais utilizadas são as entrevistas e as visitas domiciliares.

O trabalho com grupos implica várias modalidades de trabalho e de acompanhamentos, desde os grupos socioeducativos para a família e seus representantes, até núcleos socioeducativos, com espaço de escuta, de acolhimento, da fala, de reflexão, discussões, aprendizagem; grupos lúdicos, de socialização, de convivência com crianças, adolescentes, jovens e idosos que demandam oficinas de reflexões, reuniões palestras, campanhas socioeducativas, dentre outros.

Apesar da padronização das ações, dos procedimentos e serviços para cada tipo de grupo, verifica-se a potencialidade do trabalho social nos (CRAS), em especial com grupos, como antídoto a sua transformação em serviço cartorial, de cadastramento, recadastramento, acesso a benefícios, mas de oferta de serviços de suporte à família, que envolva a família e seus representantes com serviços de orientação, informação, conscientização sobre direitos, modos de acessá-los e garanti-los, e reflexão sobre suas dificuldades cotidianas.

De modo geral, as finalidades do trabalho social com famílias, seus membros e indivíduos são definidas pela própria legislação da Assistência Social, materializada nas ações profissionais, serviços e benefícios oferecidos. Portanto, a dimensão teleológica do trabalho ou por finalidades é exterior aos sujeitos que o executam, muito embora concordem com elas e em coletivos tenham contribuído por sua fixação em lei. Assim, fortalecer os vínculos familiares antes de sua dissolução, trabalhar de forma preventiva para evitar riscos e violação de direitos através dos benefícios, programas e trabalho socioeducativo, que visem à autonomia e ao protagonismo desses sujeitos, constituem objetivos do trabalho social com famílias e indivíduos e expressam o grau de adesão à política.

Nessa pesquisa, observamos que estes termos – autonomia, empoderamento, protagonismo, emancipação – são ainda trabalhados de forma muito abstrata por alguns profissionais, em que este ou não tem um sentido claro ou é identificado com tudo, como favorecer a autoestima, ter acesso às informações e passar a autogerir suas vidas, a partir de um discurso vazio de fortalecer a família (TEIXEIRA, 2010, p. 287).

Para outros profissionais, autonomia tem um sentido mais concreto de autonomia financeira, mas também social e pessoal. Ao mesmo tempo em que ressalta a dificuldade de promover autonomia financeira, independentemente do Bolsa Família, devido à falta de emprego, oportunidades de trabalho, qualificação profissional, dentre outros. Destaca, entretanto, a autonomia como condição fundamental - para alcançar objetivos de participação social e de mudança social, mesmo que sejam de perspectiva e objetivos de vida.

Há ainda a utilização da noção de autonomia no sentido individualizante e liberal, de responsabilização das famílias pela solução de seus problemas, ou de potencialização para que essas possam exercer suas funções. A noção de autonomia das famílias não deve se restringir à busca de respostas e soluções dos problemas por si só, em especial, mediante recursos internos, mas implica o desenvolvimento da capacidade de discernir as mudanças possíveis de serem realizadas no âmbito dos grupos familiares e de suas redes; daquelas mudanças que exigem o engajamento desses grupos, organizados em coletivos, em processos sociais mais amplos para que ocorram transformações mais gerais e a efetivação de direitos.

Assim, envolve capacidade de opinar, escolher, decidir e agir intencionalmente, mediante suportes oferecidos, capacidades construídas, situações refletidas, informadas, debatidas, devendo ser esses os objetivos da educação que visa à emancipação. O trabalho socioeducativo com grupos de famílias, ou grupos de segmentos atendidos, que algumas vezes

envolve suas famílias, funciona como espaço de reflexão e troca de experiências, utilizado em muitas situações como um recurso terapêutico, cuja direção do que é discutido e refletido se encaminha, predominantemente, para questões internas às famílias, seus conflitos, como exercer seus papéis, ou utilizado para prestar informações.

Portanto, é herdeiro das práticas educativas tradicionais, embora envoltas de discursos modernos dos direitos e cidadania. Os depoimentos mostram a adesão às recomendações do MDS para o trabalhos socioeducativo com famílias, como também para tratar questões de convivência familiar, resolução de conflitos, problemas internos à vida familiar, através do trabalho em grupo (SPOSATI, 2006).

Esse reducionismo das funções socioeducativas pode fortalecer práticas normativas e disciplinadoras que se dirigem a ensinar as famílias a gerir recursos, disciplinar os filhos, a como exercer as funções de cuidado, proteção e educação, sem compreender e alterar as situações que impedem a família de exercê-las como há cinquenta anos. Embora haja recomendações para o não desenvolvimento do trabalho terapêutico, principalmente do psicólogo, o trabalho em grupo ainda é direcionado para esse sentido, como mostram os depoimentos de assistentes sociais e psicólogos nos CRAS do município de Araripina.

O grupo é um espaço de potencialidades, em que se realizam a escuta, a reflexão, o diálogo e a troca experiências; um espaço de comunicação e aprendizagem. Entretanto, não deve ser utilizado como instrumento de busca de enfrentamento das situações de carência de modo individualizado e através dos recursos da família e da comunidade, eximindo o poder público da responsabilidade pelo enfrentamento da questão social e responsabilizando as famílias pela busca de soluções de problemas que extrapolam suas possibilidades de respostas, nem com fins terapêuticos e subjetivistas (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2007).

O atendimento direcionado a esses jovens e crianças deve ser de forma respeitosa e atenciosa, educativa e informativa de modo a vivenciar a garantia de seus direitos estendendo essas orientações às suas famílias.

O trabalho socioeducativo é cada vez mais necessário, pois, como destaca Mioto (2004), a cidadania não se restringe ao acesso a benefício monetário, embora sua inclusão como beneficiário seja uma das condições para sua realização, mas a cidadania envolve também ações em direção à informação, educação, cultura, entre outras, implicando o desenvolvimento da capacidade de refletir, analisar, decidir, de mobilizar-se e de participar pelo bem comum. Mas para cumprir essa dimensão educativa em uma perspectiva emancipatória, não se deve restringir a responsabilizar as famílias, ou a ensiná-las a gerir seus

conflitos, seus poucos recursos, sua vida, como se tudo dependesse de um processo de racionalização e planejamento, descumprimento de papéis e normas e não de carências coletivas.

Mioto (2004) enfatiza muito bem que o fato de se ter crianças nos SCVF, não significa que essas crianças estão incluídas no meio social nem muito menos num processo de cidadania nem garantindo direitos, porque segundo ele o processo de inclusão vai muito mais além, desde o trabalho socioeducativo com um conjunto de ações, como ao desenvolvimento da capacidade de refletir, analisar, decidir, sem, contudo desresponsabilizar a família. Logo, evitar essa dimensão disciplinadora, e levar as famílias a refletir sobre sua realidade, a conhecer serviços e recursos do território, a mobilizar-se e a incluir-se em processos organizativos, coletivos na busca de garantia dos direitos.

Essa condução do trabalho social, especialmente do socioeducativo, reflete a metodologia de trabalho. Os temas mais comuns, no caso dos grupos de famílias, estão relacionados à gravidez na adolescência, drogas, problemas de aprendizagem, de relacionamento familiar, mas também a como acessar aos serviços e políticas; no caso dos grupos de idosos, temas relacionados à saúde, aposentadoria e assistência social são os mais frequentes; no caso dos jovens, violência sexual, gravidez, sexualidade, dentre outros. Os temas são abordados pelo recorte do ciclo de vida e faixa etária dos grupos, pelas datas comemorativas e com o que julgam ser do interesse desses grupos. Esse tipo de trabalho é muito comum para justificar as palestras que os profissionais têm que ministrar; as reuniões que têm de participar, cuja preocupação é, geralmente, cumprir agenda e repasse de informação e não a reflexão e a aprendizagem. Os depoimentos da maioria dos técnicos entrevistados, contudo, têm o mérito de evidenciar a metodologia de trabalho social com famílias do tipo participativas, com objetivos, metas e instrumentos flexíveis.

Todavia, essa metodologia deveria ser utilizada para promover a participação, o sentido de fazer parte, de as famílias de um lugar se reconhecerem como comuns, inclusive da inserção de classe ou fração de classe; a construção de novos saberes que permitam compreender a realidade imediato para reconhecerem-se como sujeitos de direitos e pensar estratégias de inserção e garantia desses direitos. Essas metodologias devem permitir discutir, refletir os problemas e demandas das famílias, mas não fechadas nos muros do doméstico, e sim necessariamente articuladas à realidade mais ampla que gera as fragilidades de condições de vida e de vínculos, e as estratégias coletivas de lutas e de resistências.

Diante das tendências do trabalho social nos CRAS, é possível dizer que, apesar de os avanços conceituais da política de Assistência Social, principalmente do enfoque da pobreza e da articulação de respostas em benefícios, serviços, atenções e procedimentos variados, de atendimento individualizado e coletivo, e entre as políticas setoriais, o trabalho socioeducativo não superou ainda a psicologização dos problemas sociais, o trato de problemas internos à família e de sua responsabilização por estes.

A realidade empírica demonstra que não se efetiva uma metodologia de trabalho com famílias que, de fato, aborde, de forma dialética e articulada, assuntos internos e externos à família, sem hipertrofiar um dos polos e sem cair em modelos psicossociais individualizantes. Trabalhar dialeticamente as questões internas e externas às famílias, de forma articulada e numa perspectiva de totalidade, é o grande desafio do trabalho interdisciplinar, como recomendação de “não dar à questão social um tratamento de exterioridade à vida pessoal cotidiana”, mas sem supervalorizar as questões subjetivas ou internas às famílias, cujo objetivo deve ser sempre o alargamento da percepção das situações pessoais e sociais e a luta pela garantia dos direitos (SAWAYA apud CAMPOS, 2007, p. 33).

Por mais que os serviços ofertados nos CRAS, sejam com procedimentos variados, não se consegue efetivar uma metodologia ou ações em que o trabalho socioeducativo supere grande partes dos conflitos que surgem no seio das famílias, ou seja, trabalhar esses conflitos de forma articulada com outras políticas públicas.

O trabalho socioeducativo com famílias ou grupos de famílias, bem como os procedimentos individuais de acolhimento, escuta qualificada, encaminhamentos e acompanhamentos devem buscar a inserção desses sujeitos no circuito do território e da rede de segurança social e articular o individual e o familiar no contexto social, levando esses sujeitos a ultrapassar o imediatismo de suas concepções, mas tendo como princípio que subjetividades transformadas só provocam mudanças com ações coletivas, com acesso a serviços, benefícios, ou seja, com condições objetivas. Todavia, só o acesso a serviços e benefícios como dádiva, benesse, caridade não provoca mudanças subjetivas políticas, autonomia e cidadania, mas sim subalternidade e tutela.

CAPÍTULO 3.

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Antes de mais nada é preciso esclarecer que metodologia é entendida aqui como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades (DEMO, 1989). Não se trata, portanto, de uma discussão sobre técnicas qualitativas de pesquisa, mas sobre maneiras de se fazer ciência. A metodologia é, pois, uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa; nela, toda questão técnica implica uma discussão teórica.

A presente dissertação teve como abordagem metodológica uma pesquisa do tipo exploratória documental e bibliográfica pois “[...] preocupou-se em analisar e interpretar aspectos mais relevantes descrevendo a complexidade do comportamento humano” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 77). O que permitiu conhecer amplamente os fatos que norteiam o processo do convívio familiar visando à qualidade das informações, objetivando proporcionar “[...] entendimento dos fatores que exercem influência na situação que constitui o objeto de pesquisa” (GIL, 2006, p. 130), possibilitando assim um maior entendimento da questão. Alguns conceitos acerca da vulnerabilidade foram retomados assim como foram discutidas as leis que regulamentam o direito de pessoas em situação de vulnerabilidade social, aos programas das políticas de direito.

3.1. SUJEITOS

Participaram deste estudo 01 assistente social, 01 educador social, 01 oficineiro, 01 coordenador, 01 psicólogo, 10 jovens de 14 a 17 anos e 10 famílias que participam dos programas do CRAS em estudo.

Durante as entrevistas preocupou-se em analisar e interpretar fatos e acontecimentos do dia a dia destes atores, o que nos permitiu conhecer amplamente os fatos que norteiam os processos de desenvolvimento e vulnerabilidades dessas famílias. Quanto aos processos de execução dos serviços ofertados nas unidades dos CRAS, foi desenvolvido a seguinte trajetória: leitura de diversas fontes informativas que norteiam e regulamentam o trabalho da política de assistência Social nos (CRAS), manuais e instrumentais dos (CRAS), análise de material de referência e orientação produzido no âmbito do MDS, Tipificação do Reordenamento dos Serviços e Fortalecimento de Vínculos, entrevistas com assistentes sociais E visitas técnicas a unidade (CRAS II) do Alto da Boa Vista.

O caminho percorrido no âmbito da pesquisa que contribuiu para esta elaboração permitindo que experiências fossem observadas, ou seja trabalhos socioeducativos com

famílias ou grupos de famílias, bem como os procedimentos individuais de acolhimento, escuta qualificada, encaminhamentos, acompanhamentos, acesso a serviços e benefícios, projetos de geração de renda, oficinas entre outras atividades. Ações essas que são registradas e sinalizadas em pequenas e simbólicas atitudes e em diferentes *modos* de fazer/potencializar a prática profissional nessa política, que essa direção ganha materialidade no cotidiano, faz num processo de interações e responsabilidades compartilhadas entre este sujeito/grupo e os profissionais dos serviços soco assistenciais, assim poderão fortalecer e diversificar os modos de relação.

3.2. OBJETIVOS

3.2.1. Geral

Conhecer como se estabelecem as relações dos Usuários dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) junto às suas famílias, identificando na prática as barreiras que impedem o alcance dos mesmos.

3.2.2. Especifico

- Identificar os obstáculos e dificuldades apresentadas por essas famílias na expressão do seu protagonismo dentro e fora dos espaços do Centro de Referência e Assistência Social;
- Contribuir para a busca de melhores estratégias e alternativas, bem como a implementação de políticas públicas que melhor se apliquem à realidade de cada famílias participantes dos serviços do Centro de Referência e Assistência Social levando em consideração a sua territorialização.

3.3. FASES DA PESQUISA

Para chegarmos aos objetivos que levaram a realização deste trabalho, foram realizados duas fases, a primeira, bibliográfica e documental, apresentada nos capítulos anteriores contendo reflexões históricas e teóricas. Essa revisão da literatura teve seu

embasamento teórico em livros periódicos, manuais de orientação do MDS, leis e artigos científicos, entre outras fontes de pesquisa.

Segundo OLIVEIRA (2007), a revisão da literatura tem por finalidade o contato direto com obras, artigos e documentos que farão com que tenhamos uma maior aproximação do tema pesquisado. A segunda fase de características de campo, foi aplicada no CRAS, e em visitas domiciliares a algumas famílias do PAIF. O método utilizado para a obtenção das respostas esperadas pela pesquisa de campo foi um questionário com questões abertas para que pudéssemos deixar os entrevistados à vontade a partir do perfil das famílias em situação de vulnerabilidade social inscritas no Programa de Atenção Integral a Família (PAINF).

Quanto a sua resposta e análise das perguntas apresentadas, como nos descreve GIL (1999 p. 121): “Nas questões abertas, apresenta-se a pergunta e deixa-se um espaço em branco para que a pessoa escreva sua resposta sem qualquer restrição”.

A pesquisa foi realizada de forma qualitativa, que pode ser entendido sendo um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação (OLIVEIRA, 2001, p.37)

Um dos questionários foi aplicado com as técnicas do CRAS II, Bairro Alto da Boa Vista, sendo as duas assistentes sociais, uma educadora social e uma técnica de nível superior exercendo a função de coordenadora do presente CRAS.

A escolha por aplicação do questionário como nos exemplifica GIL:

(...) b) implica menos gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento de pesquisadores; c) garante o anonimato das respostas; d) permite que as pessoas respondam no momento em que julgarem mais conveniente; (e principalmente) e) não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistador. (GIL, 1999, p. 122)

A análise da pesquisa não se limita as respostas obtidas no decorrer do questionário, busca-se também a utilização da observação participante, analisando a prática profissional como um todo, observando as vantagens e desafios que o espaço institucional proporciona aos assistentes sociais, a equipe técnica e aos usuários. Os assistentes sociais estão cientes e autorizaram o uso de suas respostas para o presente projeto, deixando claro que não temos por

finalidade aqui, expor nomes ou qualquer forma de identificação, profissional. Utilizaremos os dados coletados como forma de amostra deste universo profissional e para o debate.

3.4. INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A escolha por aplicação do questionário como nos exemplifica Gil (1999), a) implica menos gastos com pessoal, posto que a entrevistas não exige o treinamento de pesquisadores; b) garante o anonimato das respostas; c) permite que as pessoas respondam no momento em que julgarem mais conveniente; (e principalmente) d) não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistador.

A análise da pesquisa não limitou-o as respostas obtidas no decorrer da entrevista buscou-se também a utilização da observação participante, analisando a prática profissional como um todo, observando os desafios enfrentados pelos assistentes sociais e equipe técnica ao trabalharem com esses usuários dentro e fora dos espaços do CRAS. Os assistentes sociais estão cientes e autorizaram o uso de suas respostas para o presente projeto, deixando claro que não temos por finalidade aqui, expor nomes ou qualquer forma de identificação, profissional.

Nas visitas, foram realizadas entrevistas com as equipes técnicas de cada CRAS, onde foram efetuados vários deslocamentos a estas unidades ampliando assim as observações e coleta de dados. Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais.

Do ponto de vista metodológico a melhor maneira para se captar a realidade é aquela que possibilita ao pesquisador colocar-se no papel do outro vendo o mundo pela visão dos pesquisados. Por isso Blumer (1982), propõem a investigação naturalista do mundo ou seja, a investigação do mundo empírico tal qual ele se apresenta. Como procedimento sugere a observação direta, o trabalho de campo, a observação participante a entrevista, o uso da história de vida, das cartas, diários, e documentos públicos.

Muitos estudos desenvolvidos nessa linha incluem a análise da conversação entre sujeitos em processo de interação. Aprender a realizar entrevistas é algo que depende fundamentalmente da experiência no campo. Por mais que se saiba, hipoteticamente, aquilo

que se está buscando, adquirir uma postura adequada à realização de entrevistas, encontrar a melhor maneira de formular as perguntas, ser capaz de avaliar o grau de indução da resposta contido numa dada questão, ter algum controle das expressões corporais (evitando o máximo possível gestos de aprovação, rejeição, desconfiança, dúvida, entre outros), são competências que só se constroem na reflexão suscitada pelas leituras e pelo exercício de trabalhos dessa natureza.

Essas situações de contato exigem atenção redobrada por parte do pesquisador, pois ele corre o risco de ver a entrevista escapar-lhe completamente das mãos e perder-se dos objetivos da pesquisa, restringindo-se a divagações ou, mesmo, resvalando para uma espécie de troca de experiências mútuas, que compromete bastante a qualidade do trabalho.

Sendo assim a entrevista foi realizada de forma conjunta entre assistentes sociais, psicólogo, coordenadores e educadores sociais com o objetivo de contextualizar as informações, uma vez que todos eles trabalham com o mesmo público.

CAPÍTULO 4.

RESULTADOS; APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

A realização dessa pesquisa aconteceu no Centro de Referência e Assistência Social do Alto da Boa Vista CRAS II, no município de Araripina – PE. Para realização desta dissertação foi realizada visitas técnicas ao Centro de Referência de Assistência social realizada no primeiro semestre de 2014, no município de Araripina PE, no Centro de Referência e Assistência Social (CRASII) Alto da Boa Vista, em que foi feita uma abordagem descritiva e exploratória, utilizando-se de diversas fontes distintas: análise de material de referência, grupos focais, orientação produzido no âmbito do MDS, entrevistas com usuários participantes das atividades de grupo do próprio CRAS, as quais foram transformadas em questionários, levantamento de teses e dissertações vinculadas ao tema.

Araripina localiza-se no estado de Pernambuco a 600 km da capital Recife. Os habitantes se chamam araripinenses. O município se estende por 1 892,6 km² e conta com uma população estimada atualmente de 82.800 habitantes no último censo 2015. Mas atualmente com o aumento do volume habitacional do programa Minha Casa Minha Vida, a população já está em torno de 100.000 habitantes. A densidade demográfica é de 40,9 habitantes por km² no território do município. Faz fronteira com os municípios de Trindade, Marcolândia e Simões. Situado a 621 metros de altitude, de Araripina as coordenadas geográficas do município Latitude: 7° 34' 41" Sul Longitude: 40° 29' 48" Oeste. Fonte: No município há três Centros de Referencias e Assistência Social, sendo: 01 localizado na comunidade do Alto da Boa Vista, CRAS II, 01 localizado no distrito de Morais o CRAS III, e mais 01 localizado na comunidade do Cavalete 01, o CRAS I e mais 01 unidade de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, localizado na divisa do Estado do Piauí com Pernambuco, comunidade de Vila Serrânea.

O CRAS da Comunidade do Alto da Boa Vista é composto pela seguinte equipe técnica: 01 coordenador, 02 assistentes sociais, 01 psicólogo, 02 educadores sociais, 02 oficineiros, 01 equipe de atendimento específico aos usuários do Programa Bolsa Família, 01 vigia, 01 motorista, 01 secretaria, 02 atendentes serviços gerais, 01 cozinheira. Essa composição varia de um CRAS para outro conforme o número de habitantes. Os serviços ofertados comuns a todos os CRAS citados são: acolhida, atendimento escuta, visitas domiciliares, encaminhamentos, visita de campo, ações em parceria com outras secretarias afins, campanhas educativas, palestras, fóruns entre outros.

A finalidade deste estudo é proporcionar o entendimento aos participantes dos Programas do CRAS sobre a proteção das capacidades de transformação familiar, reajuste e

adaptação que resultam em novas formas de relação inter e extra familiar, que se dá pelo fortalecimento e empoderamento da família.

Tais fatores devem ser potencializados “por políticas de apoio sociofamiliar, em diferentes dimensões que visem a reorganização do complexo sistema de relações familiares, especialmente no que se refere ao respeito aos direitos da criança” e na possibilidade de desenvolvimento saudável e protegido (BRASIL, 2006).

O potencial afetivo e de proteção que as famílias oferecem, ou tendem a oferecer, estão diretamente relacionados aos contextos socioculturais dos quais as famílias participam, às redes de pertencimento e ao desenvolvimento das políticas públicas para esses contextos. A atenção às famílias concretiza o avanço do trabalho de caráter preventivo de proteção social, voltado ao fortalecimento de vínculos sociais e de pertencimento entre os sujeitos que compõem as famílias de maneira a alcançar o respeito e a concretização dos direitos humanos e sociais (BRASIL, 2005).

BRASIL (2005) reafirma que a atenção as famílias e seus membros, a partir de seu território de vivência, é foco principal da assistência social, com prioridade às situações onde são identificadas “fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimização”.

O trabalho no território justifica-se pela compreensão de que “a concretização do modelo de proteção social sofre forte influência da territorialidade, pois ele só se instala, e opera, a partir de forças vivas e de ações com sujeitos reais” (SPOSATI, 2009).

Ao trabalhar no território, entende-se que existe a necessidade de conhecer os espaços em que a população vive, observando a heterogeneidade dos espaços e de cultura, valores, referências e hábitos (SPOSATI, 2009). A possibilidade de reconhecimento das condições de vida presentes no local onde as pessoas residem, viabiliza o trabalho contextualizado e capilarizado no território, com mais esse fator diretamente associado à proteção ou desproteção social dos indivíduos.

4.1. ENTREVISTAS COM OS TÉCNICOS DO CRAS

Os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos podem ser organizados por ciclo de vida ou ser Inter geracionais, tendo sempre a centralidade na família. O fato destes serviços se destinarem a pessoas em determinadas faixas etárias, não caracteriza fragmentação de ações. Este trabalho volta-se a abordar as características de vulnerabilidade, de

potencialidades e de desenvolvimento, relativas às faixas etárias e aos contextos sociofamiliares, como suporte ao trabalho com famílias realizado pelo PAIF. Parte-se da concepção de que os ciclos de vida familiar têm estreita ligação com os ciclos de vida de desenvolvimento dos sujeitos que as compõem. São serviços com objetivos alvos de trabalho bem caracterizados, específicos, em estreita colaboração e integração com as atividades do PAIF, pressupondo um trabalho continuado.

Entende-se ainda que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos não é destinado necessariamente a todas as famílias que tem crianças na faixa etária à qual o serviço é destinado, uma vez que nem todas serão caracterizadas pelas situações que apresentam demanda pelo trabalho nas atividades de convivência e fortalecimento de vínculos. As famílias que apresentarem demanda específica para este tipo de serviço deverão ter acesso e participação garantidos.

De acordo com a entrevista feita aos técnicos dos CRAS sobre como funciona os programas junto com as famílias, obteve-se as seguintes respostas:

- 1) Quantos usuários do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos são atendidos nesta unidade?
- 2) Quais são os serviços ofertados dentro do CRAS?
- 3) Como se dá o processo de inclusão desses usuários nos grupos?
- 4) Quais são as atividades desenvolvidas com os usuários dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos dentro e fora do espaço do CRAS?
- 5) Qual a participação dos pais junto aos filhos nas atividades realizadas nos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos?
- 6) De que maneira esse fortalecimento de vínculos se estabelece na relação mãe e filho?
- 7) Quais são as barreiras que se contrapõem ao alcance dos objetivos do SCFV, junto as famílias?

8) Quais são os entraves e limitações que se interpõem na execução dos serviços junto a equipe do CRAS.

Constatou-se que os objetivos dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, na prática não se alcançam de fato como são propostos pois são muitos os problemas que interferem ao alcance desses objetivos desde a falta de conhecimento e interesse dos usuários quanto ao empoderamento da própria política de direito.

Quanto a execução dos programas nas três esferas de governo municipal, estadual e federal, sobretudo no tocante ao papel dos conselhos, que por ser composto por 50% da sociedade civil e 50% governo nem sempre exerce o seu papel que é de caráter voluntário e boa parte são ligados aos órgãos do governo em sistema de vínculo empregatício por tempo determinado.

Segundo declaração dos técnicos do CRAS, que apesar dos esforços percebe-se ainda uma enorme desarticulação na execução dos serviços entre outras secretarias e instituições afins, em que todas trabalham praticamente com os mesmos tipos de usuários, mas infelizmente de forma desarticulada, ou seja não há uma comunicação de referência e contra referência dos problemas em foco e possíveis soluções no atendimento desses usuários, acontece mas de forma tímida.

Em conversas informais com a assistente social, há de se observar também a falta de recursos de suporte técnico com um grande número de rotatividade, recursos financeiros, estrutural nas unidades dos CRAS, impossibilitando a oferta de um serviço de qualidade. Por outro lado há um outro agravante bem complexo, cada família assistida pelo (CRAS), apresenta um leque de problemas que demanda uma ação urgente por parte outras secretarias e instituições em que na maioria das vezes, não apresentam muita vontade e poder de resolução, dos muitos problemas que atinge a classe mais vulnerável, dentre esses: maridos alcoólatras, filhos usuários de drogas, prostituição em adolescentes, desemprego, violência doméstica, falta de alimentação entre outros.

Com isso percebe-se que a problemática que atinge essas famílias vai muito mais além do que um simples atendimento no CRAS, um simples cadastramento no bolsa família, fato esse que de um total de 1000 famílias cadastradas no programa apenas 10% alcancem a sua autonomia. Diante dessa realidade percebe-se que os serviços de convivência e

fortalecimento (SCFV), estão longe de atingir os seus objetivos podendo ainda até acontecer, mas de forma lenta e precária retardando assim o alcance da autonomia e protagonismo dessas famílias e seus usuários.

O trabalho de pesquisa junto aos funcionários (CRAS) possibilitou o conhecimento dos diversos problemas que afligem as famílias cadastradas, ampliando o nosso conhecimento de situações que caminham na contramão do alcance dos objetivos do dos SCFV, uma vez que essas situações interferem de forma direta com a participação dos mesmos nos serviços e programas. Dentre os quais temos: famílias com pais alcoólatras, filhos usuários, pais desempregados vivendo unicamente com o rendimento do Programa Bolsa Família, composição familiar formada numa média de sete a dez pessoas morando num mesmo espaço de três a quatro cômodos, crianças jovens adolescentes expostos a todo tipo de vulnerabilidade social em que não se sentem acolhidos na própria família. Moradias sem saneamento básico entre outros.

Uma vez chegando até o CRAS, os usuários são acolhidos pelos técnicos e a partir daí requerem orientações gerais. Da mesma forma, referenciam a importância das ações na mudança de estilos de vida, bem como o melhor entendimento e conhecimento acerca dos serviços oferecidos pelos órgãos públicos.

Diante desses relatos, pode-se inferir que as ações sócio educativas do (PAIF), são capazes de sensibilizar os usuários em relação aos temas abordados, contribuindo para a promoção da saúde e cidadania. Na execução das ações são priorizadas as rodas de conversas e oficinas dialogadas em detrimento às palestras convencionais.

A partir da demanda apresentada pelo grupo, os mesmos são direcionados a outros equipamentos sociais na perspectiva do planejamento coletivo, as ações são sugeridas pelos participantes, cujos temas de interesse são incorporados ao planejamento das atividades.

Na execução das atividades, são utilizados projetor multimídia, computador, microfone e caixas de som. Todos os encontros são registrados por meio de fotografia e lista de presença. Relatos cotidianos feitos pelos participantes atestam que a participação nas ações socioeducativas contribuiu significativamente para a melhoria de seus comportamentos e atitudes dos mesmos frente aos seus familiares e a sociedade.

De acordo com conversas informais com os participantes do programa, ou seja as famílias, as mesmas relatam que antes de participar das ações não tinham conhecimento acerca dos programas e projetos do município, bem como de seus direitos. Verifica-se que a

prática profissional do Assistente Social pressupõe a articulação com as demais secretarias municipais, organizações sociais e a comunidade.

As ações visam o desenvolvimento da comunidade com a participação dos sujeitos em todo o processo de intervenção, de forma participativa e integrada. Além disso, o profissional utiliza-se de um conjunto de técnicas, conhecimentos, estudos, informações, habilidades que, embora nem sempre perceptíveis aos sujeitos, vão se modernizando e ampliando no processo (GUERRA, 1995, p. 296).

Sabe também que deve adotar uma postura investigativa para vislumbrar novas possibilidades de trabalho diante das demandas emergentes do atual contexto em que vivemos. O Assistente Social luta pela ampliação da cidadania, que visa a efetivação dos direitos civis, políticos, sociais de todos os cidadãos (IAMAMOTO, 2008).

Contudo, é necessário ir além e ampliar o olhar sobre os direitos no Programa. Para tanto, a pesquisa social deverá ser uma constante, o que possibilitará conhecer, problematizar e aprofundar os conhecimentos sobre a realidade alvo da intervenção, que por sua vez apresenta questões que desafiam os técnicos da política de assistência. O atendimento social às famílias compreende duas práticas de competência do Assistente Social – a orientação e o acompanhamento social – e possui um forte viés socioeducativo, o qual informa e influencia na tomada de consciência da realidade vivida pela família, bem como suas decisões.

A resposta às demandas coletivas perpassa a compreensão das demandas singulares, num movimento crítico e historicamente situado. Nessa perspectiva, o atendimento integral às famílias pressupõe o respeito aos vínculos sociais, familiares e comunitários, e a mobilização e articulação da rede de serviços públicos para atender as demandas postas pelas famílias, conectadas aos níveis de proteção social do SUAS.

Neste contexto, verifica-se que a ação ou intervenção profissional dos assistentes sociais nas poligonais não é um conjunto de passos preestabelecidos (FALEIROS, 2005, p. 65), mas sim, uma ação dinâmica que exige o diálogo, uma compreensão dos limites e possibilidades institucionais e uma capacidade teórica, analítica e de proposição que envolve a participação do sujeito e dos outros servidores que trabalham nas demais secretarias. Portanto, as ações visam o desenvolvimento da comunidade com a participação dos sujeitos e de outros profissionais em todo o processo de intervenção (pré-urbanização, urbanização e pós-urbanização).

Como diz Souza (2008, p. 81), “a participação é o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado”. Como tal, é um processo dinâmico e contraditório.

4.2. ENTREVISTAS COM OS JOVENS PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DO CRAS

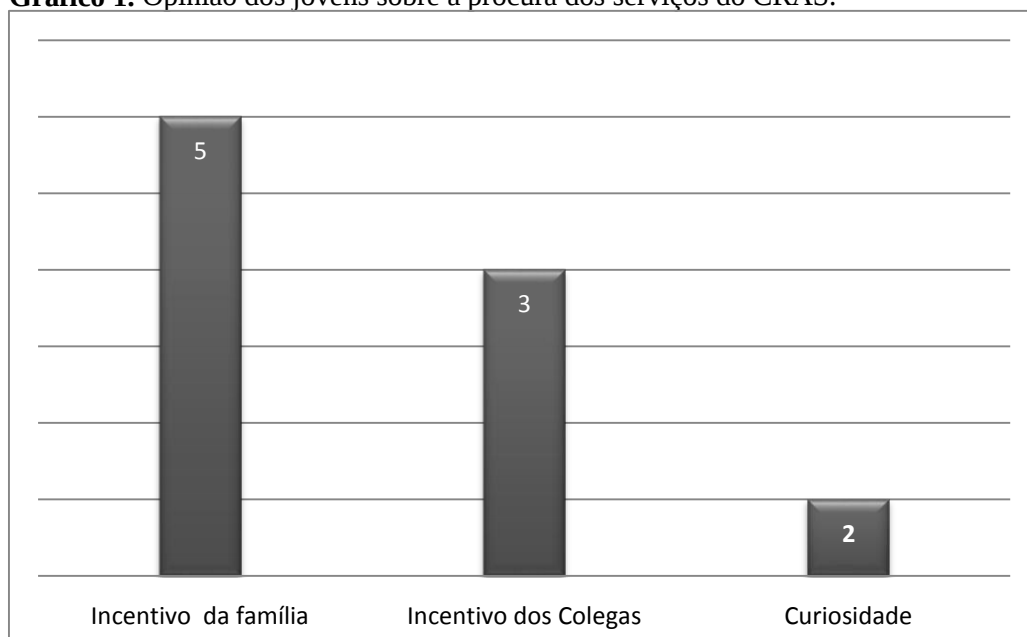
Diversas características da condição de vida em que as pessoas se encontram podem ser indicadores das vulnerabilidades ou dos agravamentos que atingem as famílias e as crianças de até 06 anos e que podem afetar os vínculos. Como fatores de agravamento da vulnerabilidade e do risco social, estudos apontam para características individuais, familiares, sociais e do território, tais como: a pobreza, a violência doméstica e sexual, a negligência, o trabalho infantil, as deficiências e trajetórias de vidas nas ruas, entre outras, associadas às dificuldades ambientais do território.

É reconhecida a complexa interação entre fatores biológicos que podem desencadear vulnerabilidades, o ambiente vivenciado e a presença/ausência de suporte social, sendo este o ponto de partida para a identificação, no território, da demanda pelo Serviço apresentado neste documento.

Por meio dessa oferta, integrante do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, os adolescentes participam de oficinas de esportes, música, meio ambiente, além de rodas de conversas sobre as temáticas que permeiam a vida de um jovem. Além disso, os participantes e pais recebem informações e orientações para inclusão desses adolescentes no trabalho protegido, caso esse seja interesse do jovem e da família.

Diante disso perguntou-se aos jovens participantes dos programas do CRAS, o que fez eles procurarem os serviços de proteção social. Diante disso cinco dos participantes responderam por incentivo da família, três por incentivo dos colegas que participam dos programas do CRAS e dois apenas por curiosidade.

Gráfico 1. Opinião dos jovens sobre a procura dos serviços do CRAS.



Fonte: Dados da Pesquisadora

A busca ativa, papel da equipe de referência do CRAS, é um ponto fundamental para o trabalho em rede e para o serviço que apresentamos neste documento técnico. Consiste no trabalho de procura intencional, reconhecimento e identificação das situações de risco e vulnerabilidade social no território, viabilizando também o conhecimento da sua realidade social (Caderno CRAS, 2009).

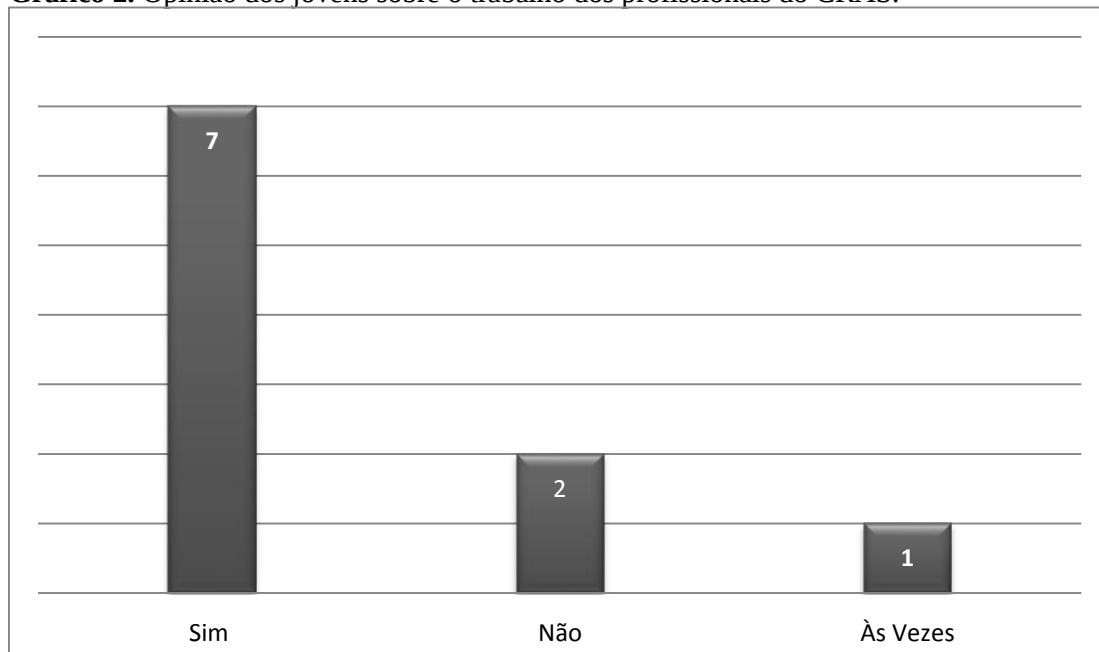
A ação da Proteção Social Básica através do CRAS, do PAIF e dos serviços específicos junto às ocorrências de vulnerabilidade é uma via de ação preventiva de situações de risco nos seus territórios, também incitando à participação social.

Trabalhar nesse sentido é um dos objetivos principais das ações de Proteção Social Básica, o que ocorre através do referenciamento da rede sócio assistencial ao CRAS, sua articulação ao PAIF e aos demais Serviços de políticas públicas voltadas aos segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade.

Para compreender a importância do trabalho com a faixa etária dos jovens e suas famílias que participarão do presente Serviço, deve-se atentar tanto para as vulnerabilidades quanto para as características das crianças e das famílias, das potencialidades e de desenvolvimento humano.

Conforme a pergunta de número 2 sobre gostar dos trabalhos dos profissionais que atuam nesse CRAS. A maioria (sete) respondeu que gosta do trabalho dos técnicos do CRAS, conforme mostra o Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2. Opinião dos jovens sobre o trabalho dos profissionais do CRAS.



Fonte: Dados da Pesquisadora

Estas opiniões dos entrevistados nos ajuda a entender o trabalho profissional da equipe interdisciplinar no CRAS e a direção do trabalho social com famílias, dependentes não apenas de seus referenciais teóricos, concepções e visões de mundo, mas também da direção dada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, gestor, coordenadores, dentre outros, mesmo que isso não exima os profissionais de suas responsabilidades em relação ao que é posto em prática, considerando sua relativa autonomia como trabalho especializado.

Em relação ao trabalho profissional nos CRAS, compreende uma dimensão individual de atendimento, orientação e encaminhamentos para a rede, e uma dimensão coletiva, com os grupos de sujeitos por segmento ou faixa etária e grupos de famílias, nos quais se delimitam também os tipos de procedimentos a serem adotados, as técnicas ou instrumentos possíveis de serem utilizados.

Em conversas informais nos CRAS com os técnicos destacam-se tanto os procedimentos e ações profissionais realizadas, como as técnicas e os objetivos que visam a essas ações e serviços. As ações de cunho individual incluem desde o acolhimento que também repassa informações, escuta qualificada para detectar vulnerabilidades e riscos, bem

como para levantar demandas, e o encaminhamento para os serviços da rede socioassistencial e de outras políticas sociais. As técnicas mais utilizadas são as entrevistas e as visitas domiciliares.

Há um consenso nacional e internacional de que o caminho mais eficaz para a resolução das violações de direitos das crianças é o desenvolvimento de políticas públicas básicas, preventivas e que evitem situações de risco, considerando as características próprias da criança e para a organização do grupo familiar e social dos quais a família participa.

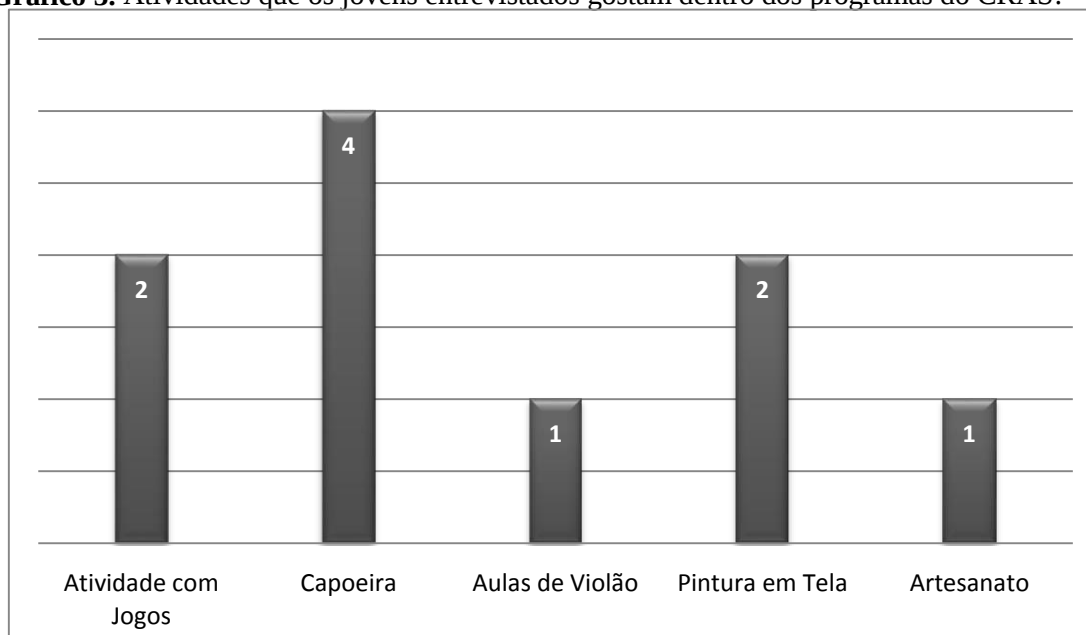
As ações devem incentivar e capacitar para a participação e o controle social. Enquanto situações de vulnerabilidade e riscos que podem atingir diretamente as crianças, destacamos a ocorrência de deficiência, o trabalho infantil, violência, crianças reconduzidas ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimento entre outras situações encaminhadas pela Proteção Social Especial. (PASTORINI, 2010)

Cabe às equipes de proteção social básica, a identificação de situações de vulnerabilidade social e familiar às quais as famílias e crianças possam estar expostas, como, por exemplo, a fragilização de vínculos ou mesmo o risco de seu rompimento, para que possa intervir de maneira preventiva, atendendo a sua função primeira de trabalho de prevenção de situações de risco, desenvolvendo potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos sociais e familiares (NOB-SUAS) e das redes que os compõem

Para tanto, é preciso desenvolver ações ou projetos dentro do programa de forma que se torne atraente para o público alvo que se pretende atingir. Nesse contexto, é dada algumas sugestões aos órgãos gestores para oferecer maior qualidade deste serviço para as crianças e os adolescentes participantes: instalação de um laboratório de informática no CRAS com o intuito de facilitar o acesso à tecnologia da informação; parceria sólida com a Secretaria Municipal de Esportes no sentido de oferecer diversas modalidades de esporte (futebol, vôlei, judô, basquete e outros); parceria sistemática com as Secretarias de Educação para a garantia do acesso deste público à cultura; construção da área de lazer na comunidade em que está situado o CRAS; aquisição de equipamentos eletrônicos para facilitar a comunicação e o acesso à informação (notebook, Datashow, máquina digital entre outros.)

Diante da pergunta de número 3 perguntou-se aos jovens entrevistados sobre quais atividades ou oficinas oferecidas nos CRAS que eles mais gostam. Dois jovens escolheram atividades relacionadas a jogos, dois jovens optaram por pinturas em tela, quatro capoeira, um aulas de violão e um artesanatos.

Gráfico 3. Atividades que os jovens entrevistados gostam dentro dos programas do CRAS.



Fonte: Dados da Pesquisadora

Os jogos são atividades vivas e dinâmicas, criados e construídos pelo ser humano e que, com o passar dos anos, foram recriados com diferentes estruturas, sofrendo modificações de suas regras, materiais, símbolos e maneiras de jogar. Contudo, não se perdeu o valor que os jogos agregam ao desenvolvimento individual, social e afetivo do ser humano. Torna-se evidente a grande importância em orientar corretamente os jogos infantis e juvenis. É por meio desses momentos lúdicos que as crianças e os adolescentes observam, exploram, elaboram hipóteses, compreendem o mundo em que vivem e contribuem para resolver situações de conflito no seu cotidiano.

As atividades que acontecem nas oficinas têm como objetivo primeiro formar um ambiente socializador que propicie o desenvolvimento da identidade da criança, do adolescente e do próprio grupo, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação e descontração.

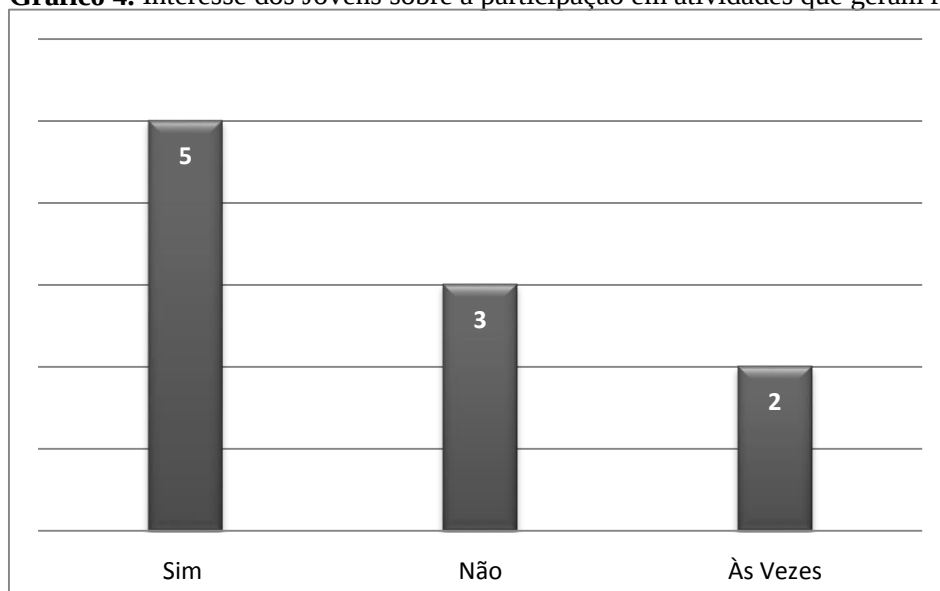
A música é uma arte. Compor, interpretar, improvisar, ouvir, entrar em contato com instrumentos – o trabalho com música deve possibilitar tudo isso. Mas, acima de tudo, tem de ser significativo para o desenvolvimento das pessoas em sua capacidade de apreciar e produzir música. A voz, o gesto e a música são formas de expressão através das quais é possível estabelecer comunicação entre os seres humanos. A voz é o primeiro instrumento musical que as pessoas podem utilizar, e a canção constitui a maneira mais fácil e espontânea de se fazer

música. Por meio das canções, crianças, adolescentes e adultos podem ter contato com a sua cultura e, ao mesmo tempo, conhecer a existência de outras culturas e línguas mais distantes.

Para que seja definido como local de funcionamento do Serviço, o espaço deverá localizar-se no CRAS ou no seu território de abrangência, ou seja, perto do local de moradia das famílias. Deverá contar, no mínimo, com instalações sanitárias compatíveis com o número de pessoas atendidas ao mesmo tempo, acessibilidade para todos, sala propícia ao trabalho com grupos de mais de 25 pessoas – no CRAS, onde ocorrerão as atividades com famílias e espaço adequado e acolhedor para o trabalho com crianças, que pode ou não ser um espaço do CRAS, sendo uma sala com brinquedos, arejada, limpa, colorida e segura para o trabalho do orientador de atividades lúdicas, com materiais pedagógicos, culturais e esportivos que viabilizem o trabalho com crianças e suas famílias e estimulem a interação e as brincadeiras. Note-se que parte das atividades são obrigatoriamente realizadas no CRAS, tais como: o acompanhamento e as atividades com as famílias. (BRASIL, 2006)

O Gráfico de número 4 relata sobre a participação dos jovens em atividades de geração de renda dentro do CRAS. Seis dos jovens do CRAS participam de atividades que geram renda, como por exemplo: pinturas em pano, sabonetes artesanais, arranjos de flores, etc.

Gráfico 4. Interesse dos Jovens sobre a participação em atividades que geram renda.



Fonte: Dados da Pesquisadora

O trabalho socioeducativo é cada vez mais necessário, pois, como destaca Mito (2004), a cidadania não se restringe ao acesso a benefício monetário, embora sua inclusão como beneficiário seja uma das condições para sua realização, mas a cidadania envolve

também ações em direção à informação, educação, cultura, entre outras, implicando o desenvolvimento da capacidade de refletir, analisar, decidir, de mobilizar-se e de participar pelo bem comum.

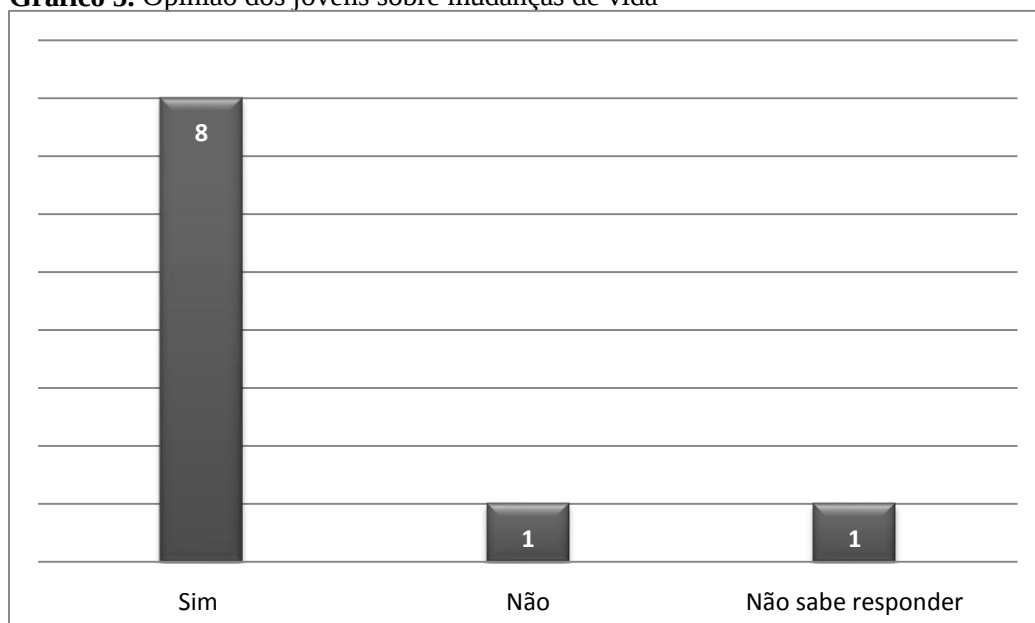
Mas para cumprir essa dimensão educativa em uma perspectiva emancipatória, não se deve restringir a responsabilizar as famílias, ou a ensiná-las a gerir seus conflitos, seus poucos recursos, sua vida, como se tudo dependesse de um processo de racionalização e planejamento, de cumprimento de papéis e normas e não de carências coletivas. Logo, evitar essa dimensão disciplinadora, e levar as famílias a refletir sobre sua realidade, a conhecer serviços e recursos do território, a mobilizar-se e a incluir-se em processos organizativos, coletivos na busca de garantia dos direitos.

Entendemos que no CRAS o Serviço Social é parte integrante da equipe básica, e se instalou na perspectiva de um trabalho interdisciplinar, em busca do protagonismo e do empoderamento da população atendida, com a perspectiva do trabalho com as famílias, atividades relacionadas ao PAIF-Serviço de Atendimento Integral a Família.

O trabalho com as famílias, referenciadas no território de abrangência do CRAS, privilegia a dimensão socioeducativa da política de Assistência Social na efetivação dos direitos relativos às seguranças sociais afiançadas. Assim, as ações profissionais relacionadas aos serviços prestados no CRAS devem provocar impactos na dimensão da subjetividade política dos usuários, tendo como diretriz central a construção do protagonismo e da autonomia na garantia dos direitos com superação das condições de vulnerabilidade social e potencialidades de riscos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2006, p. 13).

O gráfico 05 demonstra a opinião dos jovens sobre mudanças de vida depois que começaram a participar dos programas do CRSS. Oito responderam sim, um respondeu não, que não mudou em nada e um não soube responder.

Gráfico 5. Opinião dos jovens sobre mudanças de vida



Fonte: Dados da Pesquisadora

A constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes a partir de interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. Estabelece ainda que as intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social.

Entende-se que o Serviço deve incluir crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações de direitos. Aos usuários, deve oferecer atividades que contribuam para ressignificar vivências de isolamento e de violação dos direitos, propiciando experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e atuando no sentido preventivo de situações de risco social.

À obrigatoriedade do Poder Público em ofertar o Serviço corresponde um compromisso da família com a inserção e permanência da criança ou adolescente. A frequência nas atividades deve ser entendida como elemento de proteção e de enfrentamento ao trabalho infantil, além de prevenção de sua reincidência. Constitui-se, portanto, na garantia do direito da criança/ adolescente à convivência, ao desenvolvimento integral e à proteção de assistência social (que se amplia para a família também).

De acordo com o Traçado Metodológico do PROJOVEN Adolescente – Serviço Socioeducativo, o convívio é parte da dinâmica social na qual se desenvolve o sentimento de pertença, a construção da identidade e a afirmação da individualidade. Por meio dele se realiza

a transmissão dos códigos sociais e culturais e se estabelecem os valores que norteiam a vida em sociedade.

É também por meio do convívio que se estabelecem e se solidificam os vínculos humanos, inicialmente no âmbito familiar, constituindo uma rede primária de relacionamentos que asseguram afeto, proteção e cuidados e, posteriormente, nos espaços comunitários, ampliando-se o leque destes relacionamentos e tecendo-se redes secundárias, essenciais ao desenvolvimento afetivo, cognitivo e social. A segurança sentida na convivência familiar e comunitária oferecerá as bases necessárias para o amadurecimento e para a constituição de uma vida adulta saudável (MDS e SEDH, 2006).

Nesse sentido, esse eixo trata dos aspectos ligados aos espaços de convivência e seu potencial de viabilização da superação das vulnerabilidades sociais mediante um processo de construção e fortalecimento dos vínculos relacionais e de pertencimento que promovam a proteção e a garantia de direitos. Trata, também, dos aspectos relacionados às contradições e aos conflitos que permeiam as relações de convivência familiar e comunitária, e como estes interferem na construção e no fortalecimento de vínculos.

4.3. ENTREVISTAS COM AS FAMÍLIAS DO CRAS

Nos século XX, família era considerada pela sociedade aquela composta por pai, mãe e filhos, ou seja, o núcleo familiar. Sua relação era baseada na ideia em que o mundo externo é o espaço masculino, sendo o homem considerado o provedor econômico. E o espaço feminino, a casa e a educação dos filhos. As famílias que não se encaixavam nesse contexto, eram tidas como desestruturadas, sendo responsabilizadas por problemas morais e educacionais de seus membros.

Com a Constituição Federal 1988 art. 226 parágrafo 4º, ‘a família passa a ser entendida como a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes’, passa a se reconhecer a existência da família monoparental. Essa formação de família rompeu com a ideia preconcebida de que a família deve ser compreendida como pai, mãe e filhos. Com a constituição o casamento deixou de ser o eixo fundamental da família. Independentemente da existência do casamento civil ou religioso, é considerada como entidade familiar a união estável entre homem e mulher. De acordo com o Código Civil Art. 1.723.

É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Segundo Gomes (1998) a família é pensada como “um grupo de pessoas, vivendo numa estrutura hierarquizada, que convive com a proposta de uma ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidado entre os adultos e 25 deles para com as crianças e idosos que aparecem nesse contexto”.

Neste momento apresenta-se a pesquisa realizada sobre o cotidiano das famílias no CRAS em estudo. Segundo Netto (1987) o cotidiano profissional refere-se ao lugar onde a reprodução social acontece por meio de reprodução dos indivíduos, e por isto é um espaço ineliminável e insuprimível. “É no cotidiano que o assistente social exerce sua instrumentalidade com capacidade, qualidade para objetivar suas finalidades”. (GUERRA, 2000, p.1).

Entendemos que no CRAS o Serviço Social é parte integrante da equipe básica, e se instalou na perspectiva de um trabalho interdisciplinar, em busca do protagonismo e do empoderamento da população atendida, com a perspectiva do trabalho com as famílias, atividades relacionadas ao PAIF-Serviço de Atendimento Integral a Família.

O trabalho com as famílias, referenciadas no território de abrangência do CRAS, privilegia a dimensão socioeducativa da política de Assistência Social na efetivação dos direitos relativos às seguranças sociais afiançadas. Assim, as ações profissionais relacionadas aos serviços prestados no CRAS devem provocar impactos na dimensão da subjetividade política dos usuários, tendo como diretriz central a construção do protagonismo e da autonomia na garantia dos direitos com superação das condições de vulnerabilidade social e potencialidades de riscos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2006, p. 13).

Para compor a amostra da presente pesquisa foram selecionadas do Formulário de Atendimento Social do CRAS dez famílias atendidas pela assistente social para responder as perguntas do questionário

Os dados do formulário mostram que das dez famílias pesquisadas: uma com 1 membro; duas com 2 membros; três com 3 membros; duas com 4 membros; uma com 5 membros; uma com 0 membros. Em média são 4 membros por família.

Segundo Medeiros e Osorio (2000) no que se refere a diminuição do tamanho da família, em um período de 30 anos de 1978 a 1998, a acentuada queda da taxa de fecundidade constitui o fator mais importante.

Na análise dos dados da segunda pergunta, cinco eram famílias monoparentais, composta pela mãe e seus filhos ou somente o pai e seus filhos; duas eram famílias nucleares, composta pelo casal e seus filhos; uma era família unipessoal composta por uma pessoa; uma era família extensa, composta pela família nuclear e seus parentes; e duas eram famílias recompostas, composta por padrasto, madrasta e filhos. Diante disso esses novos arranjos familiares expressam as transformações nas bases sócio-familiares na contemporaneidade De acordo com IBGE (2010, p. 12),

Em relação às famílias, na comparação entre 2000 e 2010, houve um crescimento na proporção de unidades domésticas unipessoais (domicílios com um só morador), que passaram de 9,2% para 12,1%. No Brasil, predominavam, em 2010, as famílias de duas ou mais pessoas com parentesco (54,3 milhões). Além disso, verificou-se uma aumento na proporção de famílias sob responsabilidade exclusiva da mulher (22,2%, em 2000, contra 37,3% em 2010)

Quanto ao nível da escolaridade dos membros das famílias, foi constatado que 40% possuíam o ensino fundamental incompleto; 20% o ensino fundamental; 5% o ensino médio incompleto; 5% o ensino médio completo; 10% o ensino superior incompleto; 1% o ensino superior completo; 10% analfabetos; 9% criança sem idade escolar.

Esses dados nos mostram que quase a metade das famílias atendidas possui o ensino fundamental incompleto, percebe-se também o baixo índice de analfabetismo conforme consta o censo 2010 do o IBGE que nos últimos dez anos (2000 a 2010) houve uma queda índice de analfabetismo. Em 2000 o número de analfabetos correspondia a 13,63% da população de 15 anos ou mais de idade, e em 2010 esse índice caiu para 9,6%. Essa queda deve-se ao investimento que o governo tem dado á educação através de programas como bolsa escola que tem como condicionalidade ao beneficiário manter seus filhos na escola. O Programa Bolsa Escola que tem o objetivo de tirar as crianças de trabalho infantil e o Programa Brasil Alfabetizado que são realizados em municípios com alto índice 34 de analfabetismo, Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) destinado a jovens e adultos.

A baixa escolaridade se reflete na análise da situação trabalhista das famílias atendidas mostrando que dois estavam empregados com carteira assinada; três estavam desempregados; Quatro estavam atuando na informalidade; dois recebiam benefícios assistenciais.

Considerando principalmente no nível formal as atuais exigências do mercado de trabalho pode-se entender a dificuldade dessas famílias no acesso às oportunidades de uma ocupação formal, sendo obrigadas a atuarem na informalidade, ou permanecerem desempregados.

De acordo com Mattoso (1999) nos anos 90 o Brasil perdeu 3,3 milhões de postos de empregos formais numa realidade de 18 milhões de assalariados num total de 70 milhões da população economicamente ativa.

O Serviço Social conforme já mencionado tem na questão social a base da fundação como especialização do trabalho (IAMMAMOTO, 2009). E nos atendimentos à família tem como princípio básico enfatizar a efetivação dos direitos a serem garantidos por Lei.

De acordo com a lei 8662/93 artigo 4º são competências do assistente social. Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população; orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimentos e na defesa de seus direitos.

As ações dos assistentes sociais são em direção a prevenção de riscos sociais, e no combate a situações de vulnerabilidade social, financeira, fragilidade de vínculos e principalmente no regate da auto estima e ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Para que pudéssemos identificar as percepções das famílias sobre os serviços do CRAS, apenas cinco das dez responderam às perguntas feitas na entrevista. Ao serem questionadas sobre o entendimento em relação ao CRAS, as famílias o relacionam como sendo algo bom, que ajuda. De acordo com algumas falas:

Pra mim o CRAS é um Programa do Bolsa Família, as pessoas vão lá (no CRAS) procurar ajuda é isso que eu sei. (F1)

É uma coisa muito boa para as famílias, muitas pessoas procuram por eles (equipe), e são bem atendidos. O CRAS é pra ajudar as famílias carentes, que quando não têm condições, vão procurar o CRAS para serem ajudadas. (F2)

O CRAS é pra tudo que a gente precisa. A gente vai lá pra tudo. (F3).

Em primeiro lugar é o CRAS, tudo que a gente precisa, eles estão disposto pra ajudar apesar de que não entendo muita coisa. (F4)

[...] eu nem sabia que existia o CRAS. Quando eu estava passando por uma dificuldade, bem grande financeiramente, eu fui até ali (CRAS) e falei com a assistente social. E ela me fez algumas perguntas, e respondi sobre a minha vida, o que estava passando. E me ajudou bastante. Desde então o CRAS tem sido de grande benefício, não só pra mim, mas para a minha família também. (F5).

Diante das respostas das famílias entrevistadas identifica-se que as famílias não têm um conhecimento claro sobre o CRAS. Sendo a assistência social constituída como direito do cidadão e dever do Estado, ainda na percepção das famílias está relacionado ao assistencialismo.

Quanto ao conhecimento das famílias sobre o trabalho do assistente social, elas não destacam qual é o trabalho realizado, mas sim o que acham do trabalho. O trabalho do assistente social é entendido pelas famílias como ajuda resgate, coisa boa e de prestar assistência a famílias carentes.

E ao serem questionadas sobre suas percepções de como é o trabalho do assistente social, elas responderam que acham que é bom, ótimo, coisa boa, ajuda.

Eu acho que é bom tem muitas crianças e famílias precisando deles. (F1).

Na minha opinião pela [assistente social] que eu fui atendida foi ótimo (F2)

Pra mim só vou ao CRAS, quando preciso resolver problemas no meu cartão do Bolsa Família. (F3)

É pra ajudar as famílias, ela me ajudou nos cartões e também nos meus documentos (F4).

Eu participo do CRAS, mas não vejo muita mudança na minha vida não. Pelo menos tem o cartão do Bolsa Família, que serve pra ajudar as famílias. (F5)

Percebe-se que as famílias expressam em suas falas não terem muito entendimento sobre os serviços ofertados, assim como em algumas falas não percebem muita mudança em suas vidas, mas reconhecem que o trabalho do CRAS, é importante ressaltando a importância do incentivo do Bolsa Família, assim como o trabalho do assistente social mais numa visão de

assistencialismo. As famílias não têm nenhum entendimento que o trabalho do assistente social visa à defesa e garantia de direitos sociais e não um trabalho de ajuda, bondade e caridade. Historicamente a ajuda perpassa nas manifestações da prática do assistente social desde suas expressões caritativas desenvolvidas pela igreja católica a filantropia estatal.

E no Serviço de Convivo e Fortalecimento de Vínculos o trabalho tem objetivo de informar, incentivar e motivar a participação das famílias a atuarem em conjunto em direção a enfrentar as vulnerabilidades e fragilização dos vínculos apresentados por elas.

No que se refere às dificuldades encontradas no trabalho como a falta de rede que atenda todas as demandas, o número reduzido da equipe técnica a falta de qualificação e recursos financeiros, estruturas físicas inadequadas para a realização das atividades de grupo e área muito abrangente do CRAS, falta de transportes para deslocar os técnicos até essas áreas é ineficiente o profissional tem feito o que está ao seu alcance. Mesmo com várias dificuldades em realizar o trabalho, o assistente social tem estabelecido suas ações em prol da defesa e garantia dos direitos sociais das famílias vulneráveis.

Verifica-se que as famílias atendidas pela assistente social no CRAS não entendem que a assistência social constituída como direito do cidadão e dever do Estado, mas na percepção delas está relacionado ao assistencialismo. O trabalho do assistente social é compreendido pelas famílias como ajuda resgate, coisa boa e prestar assistência às famílias carentes. Entendemos que o trabalho do Serviço Social tem sido em defesa e garantias dos direitos sociais dos indivíduos e famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o conteúdo apresentado nesta dissertação foram feitas algumas inferências e considerações sobre o tema abordado. É plausível reconhecer a proteção social como responsabilidade estatal e dever de diversas políticas públicas, cabendo à política de Assistência Social realizar parte de sua execução. Essa responsabilidade comumente, em primeira instância, é atribuída às políticas públicas de seguridade social e, posteriormente, às demais políticas sociais.

Entretanto isso deveria ocorrer de modo diferenciado se o escopo da seguridade social fosse ampliado com a introdução das demais políticas que se comprometem com a proteção social. Logo, pode-se entender que um dos maiores desafios, senão o maior, posto às políticas públicas, no que diz respeito à proteção social, é pensá-la e implementá-la no âmbito da intersetorialidade, de modo que seja possível responsabilizar os diversos atores que deveriam se empenhar em sua condução.

Além disso, as expressões da questão social que perpassam a vida desses cidadãos são multifacetadas e exigem soluções igualmente plurais. Apesar de ser declarada como política de responsabilidade estatal, a Assistência Social ao compartilhar o seu campo de atuação com o Terceiro Setor, cria um movimento antagônico em seu formato, à medida que se afirma como Estatal e permite a sua execução por meio de entidades privadas sem fins lucrativos, que também são designadas como públicas, mas não Estatais. Dessa forma, atribui ações e perspectivas ao que não é Estado como se o fosse. Em consequência disso, contemplamos um modo precário, limitado e residual de se fazer política pública.

Para a efetivação de uma política pública de Assistência Social que cause impactos reais na sociedade, é de fundamental importância, conforme trabalhado neste projeto, o rompimento com o sufixo vicioso das políticas sociais. Para isso, é necessário que os profissionais que nela atuam conheçam o seu atual formato e revisitem constantemente as diversas produções críticas disponíveis sobre o assunto. Mais do que reformar a Assistência Social, urge a continuidade do processo de rompimento com as velhas práticas, pois realizar a nova política fundamentando-se nelas é torná-la inoperante e residual.

Contudo, sabe-se que o capitalismo como modelo econômico torna improcedente qualquer esforço que as políticas sociais isolada ou conjuntamente realizem para a transformação da sociedade. Não existe sociedade capitalista justa e igualitária e, sendo assim,

esses objetivos só podem ser alcançados com o fim desse regime, todavia cabe não somente aos profissionais, mas também a cada cidadão desenvolver a consciência de classe para si que fomentará um novo projeto classista, capaz de emancipar os sujeitos sociais, sejam eles usuários ou não da política de Assistência Social.

A Proteção Social Básica deve ser entendida como um conjunto de ações e serviços que visem produzir impactos na realidade social de forma a proteger, promover e prevenir os seus usuários e aqueles que estão incluídos no seu grupo de relações, de modo a evitar a fragilização e rompimento de seus vínculos.

Para isso, é necessário que as práticas profissionais estejam alinhadas à macroestrutura societal, como também com à subjetividade de seus sujeitos. Uma política pública que despreza os elementos macrossociais ou a subjetividade dos usuários que por ela são atendidos torna-se incapaz de produzir impactos significativos sobre as suas vidas e o ambiente que os circunda.

O CRAS, como equipamento central da Assistência Social, tem a responsabilidade de ser um dos instrumentos de proteção social às famílias no território. É importante ressaltar que na política pública de Assistência Social, é ele que tem essa responsabilidade, sem deixar de lembrar que no escopo das demais políticas públicas, principalmente as de seguridade social, deve haver ações e serviços que objetivem assegurar a proteção social tanto em nível básico como em nível de especialidade.

Diante das tendências do trabalho social nos CRAS, é possível dizer que, apesar de os avanços conceituais da política de Assistência Social, principalmente do enfoque da pobreza e da articulação de respostas em benefícios, serviços, atenções e procedimentos variados, de atendimento individualizado e coletivo, e entre as políticas setoriais, o trabalho socioeducativo não superou ainda a psicologização dos problemas sociais, o trato de problemas internos à família e de sua responsabilização por estes.

A realidade empírica demonstra que não se efetiva uma metodologia de trabalho com famílias que, de fato, aborde, de forma dialética e articulada, assuntos internos e externos à família, sem hipertrofiar um dos polos e sem cair em modelos psicossociais individualizantes, ou seu oposto, os generalistas de transformação social, sem soluções práticas para o dia a dia.

Trabalhar dialeticamente as questões internas e externas às famílias, de forma articulada e numa perspectiva de totalidade, é o grande desafio do trabalho interdisciplinar,

como recomendação de “não dar à questão social um tratamento de exterioridade à vida pessoal cotidiana” (SAWAYA apud CAMPOS, 2004, p. 33), mas sem supervalorizar as questões subjetivas ou internas às famílias, cujo objetivo deve ser sempre o alargamento da percepção das situações pessoais e sociais e a luta pela garantia dos direitos.

O trabalho socioeducativo com famílias ou grupos de famílias, bem como os procedimentos individuais de acolhimento, escuta qualificada, encaminhamentos e acompanhamentos devem buscar a inserção desses sujeitos no circuito do território e da rede de segurança social e articular o individual e o familiar no contexto social, levando esses sujeitos a ultrapassar o imediatismo de suas concepções, mas tendo como princípio que subjetividades transformadas só provocam mudanças com ações coletivas, com acesso a serviços, benefícios, ou seja, com condições objetivas.

Todavia, só o acesso a serviços e benefícios como dádiva, benesse, caridade não provoca mudanças subjetivas políticas, autonomia e cidadania, mas sim subalternidade e tutela.

É nesse sentido que se precisam romper as dicotomias e unir conhecimentos específicos ideal, se na mesma perspectiva teórica e metodológica, para o trabalho interdisciplinar, guiados por uma perspectiva de totalidade que: Supere a psicologização das relações e problemas sociais ultrapasse a dimensão conservadora, disciplinadora, normatizadora e, principalmente, de julgamento, culpabilização das famílias pelo não cumprimento de funções tradicionalmente e funcionalmente atribuídas às famílias; procure romper com os referenciais teóricos funcionalistas das famílias ‘desestruturadas’, ‘disfuncionais’, incompletas pelo não atendimento ao modelo padrão, ideal de família; ultrapasse o âmbito da realidade familiar e do território, para entendê-los como inseridos em determinações mais amplas, parte de um todo, o que leva ao entendimento de que os problemas e dificuldades familiares são decorrentes de múltiplos processos sociais; fortaleça a dimensão preventiva dos problemas sociais, atuando em dificuldades cotidianas, buscando dar sustentabilidade à família, suporte, apoio, cuidados, serviços e ações outras necessárias para não chegarem a vivenciar situações extremas, o que pressupõe o Estado assumir responsabilidade pública pelo atendimento de suas necessidades; articular serviços e/ou, criar novos serviços, projetos e programas para atender as necessidades e demandas levadas pelas famílias.

Diante do estudo de pesquisa realizado observou-se que muitas são as barreiras e problemas que afetam as famílias pesquisadas, problemas esses que perpassam os espaços do

CRAS e do locus familiar, os mesmos apresentados em capítulos anteriores por sua vez apresentam questões que desafiam os técnicos da política de assistência social, pois muitas dessas famílias também necessitam da assistência e articulação de outras políticas públicas entre elas: saúde, educação, assistência jurídica, entre outras demandas. Espera-se que os serviços e programas ofertados no CRAS, possam desenvolver melhores alternativas e estratégias voltadas para o alcance da autonomia e protagonismo dessa famílias, bem como a ampliação dos investimentos por parte das três esferas de governo melhorando as ofertas de serviços, melhoria de estruturas físicas, mais suporte técnico, incentivos financeiros para os profissionais e toda equipe técnica.

Se há alguma falha nesse processo, pode ser atribuída a algumas das políticas que se eximem de computar sua parcela de participação. Entretanto, com isso não se quer afirmar que a Assistência Social não precise ser potencializada, mas sim reiterar que a discussão sobre a proteção social deveria girar em torno dos limites que a setorialidade impõe para a sua execução. É mais do que urgente reconhecer que a proteção social só alcançará o seu objetivo se realizada por meio de uma lógica intersetorial, o que quer dizer ir além de discutir agendas programadas e pactuadas isoladamente.

Diante de toda realidade chega-se à conclusão, que todas essas questões interferem diretamente na vida social e na relação interpessoal desses indivíduos impossibilitando-os de alcançarem o seu desenvolvimento de maneira a conquistar sua autonomia profissional, e consequentemente o seu protagonismo. Esperamos que esse trabalho subsidie o debate sobre as Políticas de Assistência Social, melhorando a qualidade e a oferta dos serviços junto a essas famílias mais vulneráveis, bem como as reflexões sobre o fazer profissional no CRAS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Augusto Lindgren. Cidadania, Direitos Humanos e Globalização. *Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional: desafios do Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

BLUMER, H. (1982). *El interaccionismo simbolico: perspectiva y metodo*. Barcelona: Hora. (Trabalho publicado em 1969).

BRANCO, Francisco, 2001, *A face lunar dos direitos sociais – virtualidades e limites do RMG como direito de cidadania em Portugal*, tese de Doutorado em Serviço Social, São Paulo:

Pontifícia Universidade Católica São Paulo.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. *Resolução no109*, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS)*. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária Presidência da República*. Brasília: SEDH/ MDS/ CONANDA, 2006.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. *Ministério do desenvolvimento social e combate a fome: Secretaria Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2004.

CAMPOS, André. O enfrentamento da pobreza brasileira nos anos recentes. *Revista de Políticas Públicas*. V. 9, p. 229-249, jan./jun. 2005.

CASTRO, F. J. R. O CRAS nos Planos de Assistência Social: padronização, descentralização e integração. In: Capacitações Suas. v. 3. São Paulo: IEE/PUC-SP; Brasília: MDS, 2008.

CRISPIM, Mira. *Cala a Boca, Jornalista*”. São Paulo: Editora Vozes. 4. ed., 1992. p. 182.

DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípios científico e educativo*. São Paulo: Cortez, 1989.

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social. Caderno. 2009.

DESENVOLVIMENTO HUMANO (2000). Disponível em:
http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios.

Acessado em 12 de Jan de 2016.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- ECA (1990). *Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990*. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, Brasília.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Estratégias em Serviço Social*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Fome, pobreza e exclusão social: desafios para o governo e a sociedade*. Ser Social. Brasília, n. 13, p. 109-130, jul./dez. 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Ana Lúcia. *Os conselhos de políticas e de direitos*. In Universidade Nacional de Brasília. Centro de Educação Aberta, Continuada, A Distância. Capacitação em serviço social e política social: módulo 4: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília, 1998, p.162-172.

GROENINGA, Giselle Câmara; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Direito de Família e psicanálise* – Rio de Janeiro: Imago... do Advogado nº 123. Agosto de 2015.

GUERRA, Yolanda (orgs.). *Serviço Social: Temas, Textos e Contextos*. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris. 2000.

GUERRA, Yolanda (orgs.). *Serviço Social: Temas, Textos e Contextos*. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris. 1995.

GUIMARÃES, R. F.; ALMEIDA, S. C. G. *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas*. In Acosta, A. R. e Vitale, M. A. F. (Orgs). Instituto de Estudos Espaciais, PUC – SP, São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação*. 17.ed.São Paulo, Cortez,2009

.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*.3.ed.São P_aulo : Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. *Censo Demográfico 2010: Famílias e Domicílios e Nupcialidade, fecundidade e migração*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/censo2010>. Acesso em: 05/02/2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade e. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTOSO, J. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Censo Demográfico 1999*.

MEDEIROS, M. e OSÓRIO, R.G. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.17, n.1/2, jan./dez. 2000

MIOTO, R. C. T. *A centralidade da família na Política de Assistência Social: contribuições para o debate*. In: *Revista de Política Pública*. São Luis: EDUFMA, v. 8, n. 1, jan. / jun. 2004.

MÜLLER, Friedrich. *Que grau de exclusão social ainda pode ser tolerado por um sistema democrático?*. Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional: desafios do Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002, p. 568-596.

NETTO, J. P. *A construção ético-política do serviço social frente a crise contemporânea*. Brasília, 1996.

NETTO, J. P. *A construção ético-política do serviço social frente a crise contemporânea*. Brasília, 1987.

NÚNCIO, Maria José da Silveira, 2010, *Introdução ao Serviço Social: história, teoria e métodos*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

OLIVEIRA, Claudionor dos Santos. *Metodologia científica, planejamento e técnicas de pesquisa: uma visão holística do conhecimento humano*. São Paulo: LTR, 2001.

OLIVEIRA, Claudionor dos Santos. *Metodologia científica, planejamento e técnicas de pesquisa: uma visão holística do conhecimento humano*. São Paulo: LTR, 2007.

PARENTE, L. B. M. *Participação Social como instrumento para a construção da democracia: a intervenção social na administração pública brasileira*. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/769529.PDF>. Acesso em: 2 set. 2015.

PASTORINI, Alejandra. *A Categoria “Questão Social” em debate*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, L. *Exclusão Social e Fragilização da Identidade em Famílias Pobres*. Trabalho apresentado no Seminário Família e Comunidade: Justiça Social, promovido pelo curso de Psicologia, Unicentro Newton Paiva e AMITEF, Belo Horizonte, 2000.

PIMENTEL, Edlene. Uma “Nova Questão Social”? *Raízes Materiais e Humano-Sociais do Pauperismo de Ontem e de Hoje*. Maceió: UFAL, 2007.

REALE, Giovanni e Antiseri, Dario. *História da Filosofia*, vol II. São Paulo: Paulus, 1999.

SAWAYA, B. B. *Que família é essa*” In: WANDERLEY, M. B; OLIVEIRA, I. C. (Org.). *Trabalho com famílias: textos de apoio*, v. 2, São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004.

SAWAYA, B. B., & CAMPOS, M. C. C. Possibilidades abertas pelo Programa Fortalecendo a Família – PFF/SP/SP. In: WANDERLEY, M. B; OLIVEIRA, I. C. (Org.). *Trabalho com famílias: textos de apoio*, v. 2, São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004.

SAWAYA, B. B., & CAMPOS, M. C. C. *Saúde mental e estrutura familiar: o lugar do sofrimento psíquico grave*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2007.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. Os programas de transferência de renda e a pobreza no Brasil: superação ou regulação?. *Revista de Políticas Públicas*. v.9, n.1, p. 251-278, jan./jun. 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). *O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Charles Toniolo de. *A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional*. *Emancipação*, 8(1): 119-132 Ponta Grossa:UEPG, 2008.

SPOSATI, Aldaíza, VASCONCELOS, M., et. al. *A Assistência Social e a Trivialização dos Padrões de Reprodução Social*. In: SPOSATI, A.; FALCÃO, M. do C.; FLEURY, S. M. *Os Direitos (Dos Desassistidos) Sociais*. 5ª ed. SP: Cortez, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. *Modelo Brasileiro de Proteção Social Não Contributiva: Concepções e Fundamentos em Concepções e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil*. Brasília:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

STEIN, Rosa Helena. *Pobreza e desigualdade na América Latina sob o olhar dos organismos internacionais*. Ser Social. Brasília, v.1, n.18, p. 79-125, jan./jun. 2006.

SUAS: *Sistema Único de Assistência Social*: manual informativo para jornalistas, gestores e técnicos. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. *Concepção da dimensão política da prática profissional*. In: ANAS. Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais. IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Congresso Chico Mendes. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? Porto Alegre, Textos e Contextos, v.9, n. 2, p.286-297, ago./dez. 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento. *Revista de Políticas Públicas*. São Luís, v.9, n.1, p. 217-227, jan./jun. 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Questão Social: Desigualdade, Pobreza e Vulnerabilidade*. In: IEE. Curso de Capacitação de Gestores Sociais. São Paulo: IEE, 2008.

ANEXOS

A entrevista foi realizada de forma conjunta entre assistentes sociais, psicólogo, coordenadores e educadores sociais dos Centros de Referência e Assistência Social da comunidade do CRAS do Alto da Boa Vista, do Município de Araripina-PE

ENTREVISTA COM TÉCNICOS DO CRAS

1) QUANTOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS SÃO ATENDIDOS NESTA UNIDADE? QUAIS SÃO OS SERVIÇOS OFERTADOS DENTRO DO CRAS?

2) COMO SE DÁ O PROCESSO DE INCLUSÃO DESSES USUÁRIOS NOS GRUPOS?

3) QUAIS SÃO AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM OS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DENTRO E FORA DO ESPAÇO DO CRAS?

4) QUAL A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS JUNTO AOS FILHOS NAS ATIVIDADES REALIZADAS NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS?

5) DE QUE MANEIRA ESSE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS SE ESTABELECE NA RELAÇÃO MÃE E FILHO?

6) QUAIS SÃO AS BARREIRAS QUE SE CONTRAPÕEM AO ALCANCE DOS OBJETIVOS DO SCFV, JUNTO AS FAMÍLIAS?

7) QUAIS SÃO OS ENTRAVES E LIMITAÇÕES QUE SE ENTERPÕEM NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS JUNTO A EQUIPE DO CRAS.

A entrevista foi realizada com jovens de 14 a 17 anos de idade cadastrados na comunidade do CRAS do Alto da Boa Vista, do Município de Araripina-PE

ENTREVISTA PARA OS JOVENS PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DO CRAS

Idade:_____

Mora na Zona Rural () ou Urbana ()

1 O que fez você procurar os serviços do CRAS?

2 Gosta do trabalho dos profissionais que atuam nesse CRAS?

() Sim () Não () as Vezes

3 Quais os serviços oferecidos no CRAS que mais gosta?

4 Participa de alguma Atividades de geração de renda executadas no CRAS?

() sim () Não () Não existe

5 sentiu alguma mudança na sua vida depois que começou a participar dos programas do CRAS?

() Sim () Não () um pouco

A entrevista foi realizada com jovens de 14 a 17 anos de idade cadastrados na comunidade do CRAS do Alto da Boa Vista, do Município de Araripina-PE

**ENTREVISTA PARA AS FAMÍLIAS PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DO
CRAS**

1) QUANTOS MEMBROS COMPÕEM SUA FAMÍLIA?

2) SUA FAMÍLIA E COMPOSTA POR:

- () monoparentais, composta pela mãe e seus filhos ou somente o pai e seus filhos;
() famílias nucleares, composta pelo casal e seus filhos;
() unipessoais, composta por uma pessoa;
() extensas, composta pela família nuclear e seus parentes; ()
recompostas, composta por padrasto, madrasta e filhos.

3) QUANTO AO NÍVEL DA ESCOLARIDADE DOS MEMBROS DE SUA FAMÍLIAS

- () Ensino fundamental incompleto;
- () Ensino fundamental;
- () Ensino médio incompleto;
- () Ensino médio completo;
- () Ensino superior incompleto;
- () Ensino superior completo;
- () Analfabetos;
- () Idade escolar.

4) COMO VOCÊ CLASSIFICA O ENTENDIMENTO EM RELAÇÃO AO CRAS DE SUA CIDADE?

5) QUAIS SUAS PERCEPÇÕES DE COMO É O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS?
